



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA VARA
ÚNICA DA COMARCA DE SANTA ADÉLIA - ESTADO DE SÃO PAULO**

Processo sob nº 0000540-75.2021.8.26.0531

R4C – ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, regularmente nomeada *Administradora Judicial* nos autos do Pedido de Recuperação Judicial do grupo formado pelas empresas **VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A E OUTROS (GRUPO VO) - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar de relatório mensal de atividades, nos termos da legislação em regência.

Campinas, 30 de janeiro de 2025.

R4C ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA

Maurício Dellova de Campos

OAB/SP nº 183.917

Arthur F. Cesarini

OAB/SP nº 345.711



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Relatório Mensal de Atividades

GRUPO VIRGOLINO DE OLIVEIRA

Outubro/2024

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. DO CENÁRIO ECONÔMICO E DA SITUAÇÃO DAS EMPRESAS	6
2.1. ASPECTOS CONJUNTURAIS E CONTEXTO SETORIAL.....	7
2.2. DA SITUAÇÃO DAS RECUPERANDAS	9
3. CRIAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS (UPI'S).....	10
4. VISÃO GERAL DAS RECUPERANDAS	12
4.1. GRUPO VIRGOLINO DE OLIVEIRA.....	12
4.2. DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA.....	17
4.3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	18
5. INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E CONTÁBEIS	18
5.1. BALANÇO PATRIMONIAL.....	19
5.1.1. Disponibilidades.....	20
5.1.2. Contas a Receber.....	20
5.1.3. Estoques	21
5.1.4. Ativo Biológico.....	22
5.1.5. Investimentos	22
5.1.6. Outros Créditos.....	22
5.1.7. Imobilizado	24
5.1.8. Fornecedores.....	26
5.1.9. Contas a Pagar – Cooperativas.....	27
5.1.10. Empréstimos e Financiamentos.....	27
5.1.11. Obrigações Sociais e Trabalhistas	28
5.1.12. Passivo Tributário.....	28
5.1.13. Contas a Pagar – PRJ.....	31
5.1.14. Partes Relacionadas.....	32
5.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	33
5.2.1. Faturamento e Deduções de Vendas	33
5.2.2. Custo de Vendas.....	33
5.2.3. Lucro Bruto e Despesas Operacionais	34
5.2.4. Resultado Operacional	35



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

5.2.5.	<i>Resultado Financeiro</i>	35
5.2.6.	<i>Resultado Líquido</i>	36
5.3.	DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA	37
5.3.1.	<i>Atividades Operacionais</i>	37
5.3.2.	<i>Atividades de Investimento</i>	38
5.3.3.	<i>Atividades de Financiamento</i>	39
5.4.	ÍNDICES E INDICADORES	40
5.4.1.	<i>Liquidez Corrente</i>	40
5.4.2.	<i>Liquidez Geral</i>	41
5.4.3.	<i>Endividamento</i>	41
6.	PASSIVO CONCURSAL	42
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
8.	ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL	46
9.	ANEXOS	46

Glossário

GVO	Grupo Virgolino de Oliveira
BP	Balanço Patrimonial
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
Receita Bruta ou Faturamento	Todas as receitas operacionais auferidas pela empresa em um determinado período, incluindo impostos.
Receita Líquida	Trata-se do faturamento ou receita bruta depois de deduzidos os impostos, devoluções, abatimentos e cancelamentos.
Custo de Vendas	São os gastos diretamente relacionados à produção e/ou à prestação de serviços, como mão-de-obra, materiais e serviços de terceiros, que concorrem para a geração das receitas.
Lucro Bruto	Por lucro bruto entende-se o valor que a operação da empresa gera após deduzir-se da receita líquida os custos de vendas. Esse valor deve ser suficiente para cobrir as despesas da empresa e gerar retorno aos sócios.
EBITDA	O EBITDA (<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>) – resultado antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações – representa a geração operacional de caixa da empresa, isto é, o quanto a empresa consegue gerar de recursos apenas em suas atividades operacionais e, por isso, também é chamado de resultado operacional.
Resultado Financeiro	É a diferença entre as despesas financeiras da empresa, que podem ser provenientes de encargos incorridos sobre empréstimos, descontos de duplicatas, variação cambial, entre outras operações, e ganhos obtidos, por exemplo, no mercado financeiro. Não é um resultado ligado diretamente à operação da empresa.
Resultado Não Operacional	É a diferença entre ganhos e despesas referentes a fatos não ligados diretamente à operação da empresa, como aluguéis, venda de um imóvel ou ativo imobilizado, entre outras.
Resultado Líquido	Trata-se de resultado final da empresa, depois de contabilizadas todas as transações e eventos econômico-financeiros ocorridos no exercício/ período.

Grupo Virgolino de Oliveira

1. Introdução

O presente relatório foi elaborado com o objetivo primordial de demonstrar – nos termos da Lei nº 11.101/2005 – Lei de Recuperação de Empresas e Falência – as bases financeiras, operacionais e estratégicas em direção à desejada superação, pelas Recuperandas, da sua crise, de forma a preservar e maximizar sua função social, seja como entidades geradoras de bens e recursos, seja como provedoras de empregos e tributos, resguardando também os interesses da comunidade de credores.

Neste sentido, a presente análise sumária sintetiza, observa e relata a capacidade financeira das Empresas a partir de informações disponibilizadas exclusivamente pelas Recuperandas, não sendo neste momento factíveis de verificação por esta Perita. Confiamos, portanto, na qualidade, completude, rigorosidade e precisão de tais informações¹.

Cabe ressaltar ainda que o relatório leva em consideração outras variáveis de cunho não apenas micro, mas também macroeconômico.

¹ Tendo em vista a presunção de boa-fé e correção por parte das Recuperandas, especialmente por tratar-se de ato que é processado em juízo, submetido, portanto, ao ministério do Poder Judiciário, eis que os relatórios mensais são elaborados por esta Administradora Judicial a partir de informações fornecidas pelas Recuperandas, de modo que estas devem estar cientes de que têm exclusiva responsabilidade pela higidez, correção técnica e veracidade da documentação disponibilizada. Assim, esta auxiliar do juízo não hesitará em adotar as medidas cabíveis caso constate qualquer indício de fraude na concepção da documentação que serve de base à elaboração dos relatórios mensais.

Com base nos dados que aqui serão apresentados, analisaremos a capacidade das Empresas, no presente momento e contexto, de honrar seus compromissos, tendo em vista o processo de Recuperação Judicial, em especial em face de seus credores.

A partir do mês de agosto/2023, o Grupo Virgolino de Oliveira passou a disponibilizar demonstrações financeiras combinadas, refletindo, portanto, a situação patrimonial e financeira combinada das empresas que o integram, assim como o resultado combinado de suas operações.

O atual relatório retrata as informações disponibilizadas, pelas Recuperandas, no período de **novembro/2023 a outubro/2024**.

Todos os dados contidos neste relatório estão expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado.

2. Do cenário econômico e da situação das Empresas

O objetivo deste tópico é abordar as principais informações sobre a economia, as principais projeções, bem como a situação setorial específica das Recuperandas, visando, assim, uma melhor compreensão.

Na sequência, apresentaremos um resumo da situação combinada das Recuperandas².

² Detalhado pelas próprias Recuperandas.

2.1. Aspectos conjunturais e contexto setorial

A atividade empresarial³ é organizada para a produção, circulação de bens ou de serviços e, como atividade econômica, está sujeita a diversos riscos – internos e externos – que podem levar uma empresa à situação de crise financeira.

Neste sentido, além da análise econômico-financeira baseada nas demonstrações contábeis disponibilizadas pelas Recuperandas, importa trazer à evidência uma breve análise da conjuntura econômica, bem como da atual situação do setor no qual estas se inserem.

Segundo o relatório Focus do Banco Central, divulgado na data de 27/01/2025, estima-se que o PIB brasileiro crescerá 2,06% neste ano, sendo que para o próximo ano a expectativa é de 1,72%.

A previsão para o câmbio⁴ está em R\$ 6,00/US\$ para o fim deste ano. Para o ano de 2026, os investidores estimam que o câmbio fique em R\$ 6,00/US\$ – informação também relevante, haja vista que várias empresas estão sujeitas à sua variação, afetando assim o seu resultado.

Outra informação importante para aquelas que exportam seus produtos ao resto do mundo diz respeito à Balança Comercial. A expectativa de superávit para 2025 é de US\$ 75,00 bilhões. Em relação ao ano de 2026, a expectativa, também de superávit é de US\$ 77,00 bilhões.

³ Negrão, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. 5 ed. rev. – São Paulo, 2014.

⁴ Objetivando maior precisão nas projeções realizadas, o BC anunciou em janeiro/2021 que a projeção anual da moeda norte-americana passou a ser calculada a partir da média para a taxa no mês de dezembro e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano.

Em relação à taxa básica de juros (Selic), esta finaliza o exercício de 2025 em 15,00%. Para o ano de 2026, o mercado espera que a taxa de juros fique em 12,50%.

De acordo com as projeções do mercado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)⁵ passou de 5,08% na semana anterior para 5,50%, enquanto, para 2026, a projeção passou de 4,10% para 4,22%.

Setorialmente, verificam-se diferentes impactos – dada a especificidade de cada um dos segmentos econômicos de atuação.

De acordo com a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Única), na segunda quinzena de dezembro/2024 as unidades produtoras da região Centro-Sul processaram 1,73 milhões de toneladas, enquanto na comparação com o mesmo período do ciclo agrícola anterior, foram processadas 4,92 milhões de toneladas, o que representa uma queda de 64,86%.

A qualidade da matéria-prima colhida na segunda quinzena de dezembro/2024 – mensurada em quilogramas de ATR por tonelada de cana-de-açúcar – marca 121,58 kg de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) por tonelada de cana, a qual foi inferior (10,9%) em relação à safra 2023/2024 (139,46 kg de ATR por tonelada).

A produção de açúcar totalizou 63,52 mil toneladas, apresentando diminuição de 73,12% quando comparada com a quantidade registrada em igual período na safra 2023/2024 (236,33 mil de toneladas).

A fabricação de etanol atingiu 485,66 milhões de litros, sendo 301,83 milhões de litros de etanol hidratado (-15,25%) e 183,83 milhões de litros de etanol anidro (+6,69%).

⁵ A meta de inflação é de 3%, oscilando em um intervalo entre 1,5% e 4,5%.

Considerando desde o início da safra até 1º de janeiro, a comercialização de etanol somou 26,78 bilhões de litros (+11,84%), sendo que o volume acumulado de etanol hidratado totalizou 17,29 bilhões de litros (+20,34%), enquanto o de anidro atingiu 9,49 bilhões (-0,92%).

Segundo Luciano Rodrigues, diretor de inteligência setorial da Única: *A despeito da menor moagem de cana-de-açúcar, as vendas de etanol foram sustentadas pela maior oferta do biocombustível fabricado a partir do milho, pelo menor nível de exportação, pela menor proporção de cana-de-açúcar direcionada à fabricação de açúcar e pelos estoques de passagem mais elevados no início do ciclo 2024/2025.*

Para ele, o volume disponível nos tanques das usinas e a produção de etanol de milho no primeiro trimestre de 2025 oferecem amplo conforto para o abastecimento do mercado interno durante a entressafra.

2.2. Da situação das Recuperandas

Em seus Relatórios Operacionais, as Recuperandas apresentam dados referentes ao desempenho de suas atividades, bem como sua visão a respeito de sua atual situação. Nesse sentido e, segundo as Recuperandas, em outubro/2024 a situação era como segue:

A recuperanda Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial, está operando na forma de tolling, ou "tolling" em inglês, é um processo em que uma empresa terceiriza a produção de produtos, enquanto mantém o controle sobre as matérias-primas. Essa prática é comum em indústrias como a de químicos, farmacêuticos e alimentos.



Basicamente, uma empresa fornece os insumos necessários para a fabricação e contrata outra empresa para realizar o processo produtivo.

O toller (empresa que realiza a operação) não possui a propriedade dos produtos processados, que pertencem à empresa contratante. Isso permite que a empresa contratante otimize sua produção sem investir em infraestrutura própria.

As unidades operacionais do GVO (Itapira, Jose Bonifácio e Monções) não estão em operação, na segunda quinzena de Abril de 2024 a unidade de Ariranha, iniciou suas atividades da safra 2024/2025 na forma de Tolling e terminou a safra na segunda quinzena de outubro, a falta de chuvas teve um impacto significativo na safra de cana-de-açúcar. As condições climáticas adversas resultaram em uma quebra na produtividade, comprometendo o crescimento saudável das plantas. Com a diminuição da umidade no solo, muitas lavouras enfrentaram dificuldades, levando a uma colheita inferior ao esperado.

Além dos efeitos diretos sobre a quantidade de cana produzida, essa escassez hídrica também pode impactar a qualidade do produto final, afetando o teor de açúcar e, conseqüentemente, os preços. Os produtores estão agora avaliando as melhores estratégias para mitigar esses efeitos e garantir a sustentabilidade de suas operações no futuro. A expectativa é de que as chuvas voltem a regularizar a situação, mas os efeitos da falta de água já estão sendo sentidos e demandam atenção especial.

3. Criação das Unidades Produtivas Isoladas (UPI's)

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), aprovado em 30 de janeiro de 2023, foram criadas oito (8) Unidades Produtivas Isoladas (UPI's) como segue:



1. Usinas

Foram constituídas as seguintes sociedades: UPI Usina Catanduva Ltda., UPI Usina Itapira Ltda., UPI Usina Jose Bonifácio Ltda., e UPI Usina Monções Ltda., todas elas tendo como atividade principal o comércio atacadista de máquinas e equipamentos industriais. Referidas sociedades se destinam a receber aporte de capital relativo aos bens operacionais dos seguintes parques industriais: “Usina Catanduva”, “Usina Itapira”, “Usina Jose Bonifácio”, e “Usina Monções”.

2. Imóveis

Foram constituídas as seguintes sociedades: UPI Terras Parte I Ltda., UPI Terras Parte II Ltda., UPI Imóveis Ltda., e UPI Imóveis Urbanos Ltda., todas tendo como atividade principal a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destinam a receber aportes de capital relativo a bens imóveis.

Em julho/2027, referidas UPIs tiveram seu capital social aumentado – até então o capital de cada uma das entidades totalizava R\$ \$ 1.000,00 (um mil reais) – mediante conferência de bens integrantes dos ativos imobilizados de propriedade da Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool, Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. e Agropecuária Terras Novas S.A. Os bens conferidos em aumento de capital foram avaliados a seus valores contábeis. Os aportes de capital podem ser resumidos como segue:

Entidade	Contribuição de capital (jul/2024) R\$ mil
UPI Usina Catanduva Ltda.	238.642
UPI Usina Itapira Ltda.	124.127
UPI Usina José Bonifácio Ltda.	269.299
UPI Usina Monções Ltda.	210.742
UPI Terras Parte I Ltda.	216.117
UPI Terras Parte II Ltda.	6.190
UPI Imóveis Urbanos Ltda.	627
TOTAL	1.065.744

Todas essas novas sociedades possuem como administradores diretores a Sra. Carmen Aparecida Ruete de Oliveira e o Sr. Virgolino de Oliveira Filho.

4. Visão geral das Recuperandas

Neste ponto, será apresentada a composição societária das Empresas, assim como eventuais alterações no que diz respeito às participações societárias. Não menos importante, também relacionaremos os estabelecimentos e filiais (quando houver), com breve descritivo da atividade desenvolvida em cada um, quando segmentada ou diferenciada.

4.1. Grupo Virgolino de Oliveira

A sede do Grupo Virgolino de Oliveira (GVO) se localiza na cidade de Santa Adélia, a aproximadamente 371 Km da capital do Estado.

01 - I	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	03/05/1949
CNPJ	49.911.589/0001-79
Inscrição Estadual	374.004.926.118
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto
CNAE Secundários	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
Capital Social (R\$)	33.398.858,90



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

02 - III	AGROPECUÁRIA NOSSA SENHORA DO CARMOS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AGROPECUARIA NOSSA SENHORA DO CARMO S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	19/05/1982
CNPJ	50.031.780/0001-05
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	F SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	N/A
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	30.526.805,33

03 - V	VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	30/09/2004
CNPJ	07.020.561/0001-00
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios
CNAE Secundários	68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios 68.21-8-01 - Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios 68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária 68.21-8-02 - Corretagem no aluguel de imóveis 01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
Capital Social (R\$)	114.401.414,00



04 - VI	ACUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	ACUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	07/10/2004
CNPJ	07.024.792/0001-83
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto
CNAE Secundários	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
Capital Social (R\$)	158.470.124,21

05 - VIII	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
Nome Fantasia	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS
Data de Abertura	07/10/2004
CNPJ	07.024.787/0001-70
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	790.793.270,29

06 - X	VIRGOLINO DE OLIVEIRA BIOENERGIA LTDA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA BIOENERGIA LTDA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	15/02/2017
CNPJ	27.119.194/0001-03



Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Zona Rural
Cidade	Ariranha
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	206-2 - Sociedade Empresária Limitada
CNAE Principal	35.11-5-01 - Geração de energia elétrica
CNAE Secundários	35.30-1-00 - Produção e distribuição de vapor, água quente e ar-condicionado
Capital Social (R\$)	26.380.323,00

07 - XI	USINA CATANDUVA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	USINA CATANDUVA S A ACUCAR E ALCOOL
Nome Fantasia	USINA CATANDUVA
Data de Abertura	03/09/1966
CNPJ	44.330.983/0001-08
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Zona Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	2.255.622,16

08 - XII	R.O. SERVICOS AGRICOLAS S.A.
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	R.O. SERVICOS AGRICOLAS S.A.
Nome Fantasia	R.O. SERVICOS AGRICOLAS
Data de Abertura	08/05/2008
CNPJ	09.575.642/0001-93
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo



CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
CNAE Secundários	01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
Capital Social (R\$)	100.000,00

De acordo com os autos, foram citadas as seguintes filiais:

- Da Virgolino de Oliveira Açúcar e Álcool, CNPJ 49.911.589/0004-11
- Da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, CNPJ 50.031.780/0132-74
- Da Açucareira Virgolino de Oliveira S/A, CNPJ 07.024.792/0002-64
- Da Agropecuária Terras Novas S/A, CNPJ 07.024.787/0043-20

Os Produtores Rurais seguem caracterizados abaixo:

09 - XIII	CARMEN RUETE DE OLIVEIRA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	CARMEN RUETE DE OLIVEIRA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	24/11/2006
CNPJ	08.460.935/0001-62
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ PALMEIRAS SAO JOAQUIM
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - PRODUTOR RURAL (PESSOA FISICA)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

10 - XIV	CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
Nome Fantasia	N/A



Data de Abertura	24/11/2006
CNPJ	08.460.973/0001-15
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CERCADO GRANDE
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - PRODUTOR RURAL (PESSOA FISICA)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA FILHO
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	14/11/2006
CNPJ	08.447.511/0001-68
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	SIT SAO FRANCISCO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - Produtor Rural (Pessoa Física)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

4.2. Da composição societária

A Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool tem como acionistas a Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, com participação de 61,78% do seu capital, sendo o restante de propriedade de pessoas físicas. A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, a Usina Catanduva S.A e a RO Serviços Agropecuários S/A têm como acionistas pessoas físicas. As demais empresas do Grupo têm seu capital social majoritariamente

detido, direta ou indiretamente, pela Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool, exceto a UPI Imóveis Ltda., cujas quotas do capital são integralmente detidas pela Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A.

4.3. Da estrutura organizacional

As Recuperandas mantêm a seguinte estrutura organizacional:

Período	VO Açúcar Álcool	Agropec Nossa Sra. Do Carmo	Açucareira VO	Agropec Terras Novas	Total GVO
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Nov/23	56	114	22	48	240
Dez/23	76	117	22	48	263
Jan/24	115	137	22	47	321
Fev/24	197	186	22	45	450
Mar/24	244	191	22	47	504
Abr/24	310	194	37	47	588
Mai/24	336	192	38	47	613
Jun/24	337	190	37	45	609
Jul/24	367	189	37	45	638
Ago/24	367	189	37	45	638
Set/24	417	187	37	45	686
Out/24	417	187	37	45	686

No mês de outubro/2024, o Grupo contava com 686 colaboradores no seu quadro de funcionários.

5. Informações Econômicas e Contábeis

De acordo com o Pronunciamento 26 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

[...] as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada

data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

Tendo em vista o fato de que as Recuperandas passaram a disponibilizar suas demonstrações contábeis de forma combinada a partir de agosto/2023, toda a situação patrimonial e financeira individual das empresas que compõem o Grupo até o mês de julho/2023, assim como o resultado individual das operações de cada empresa, poderão ser encontrados no Relatório Mensal de Atividades (RMA) de julho/2023.

Cabe ressaltar que o exercício social do GVO tem início no mês de maio de cada ano⁶.

Todos os dados extraídos das demonstrações financeiras do Grupo estão sendo apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

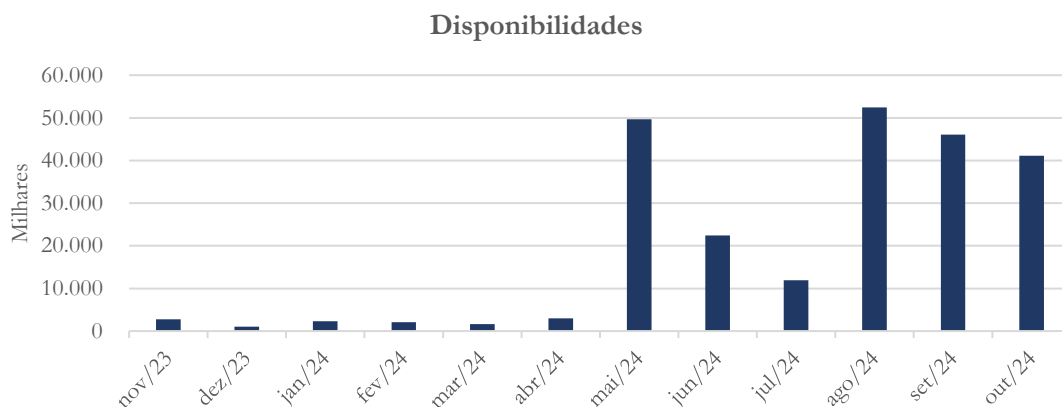
5.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, como demonstração contábil, tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente – em uma determinada data – a posição patrimonial e financeira de uma empresa.

⁶ Com exceção aos proprietários rurais, cujo exercício social coincide com o ano fiscal.

5.1.1. Disponibilidades

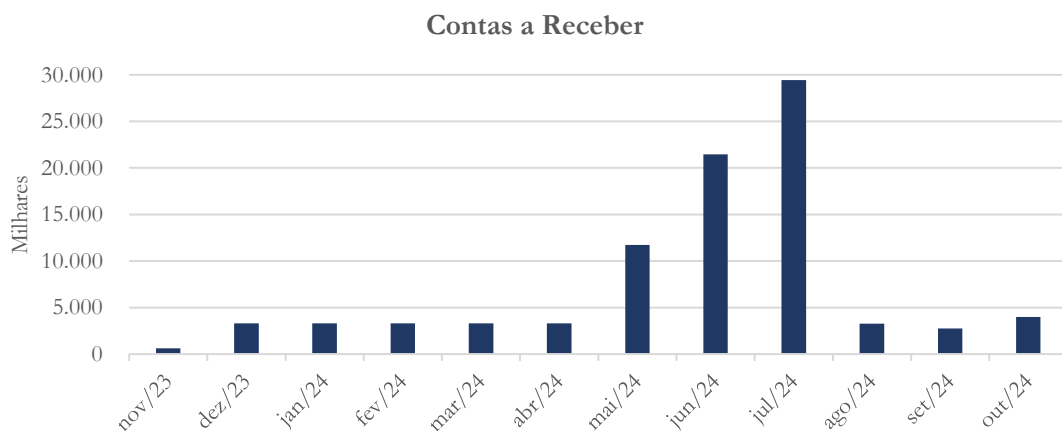
Gráfico 1



O saldo consolidado das disponibilidades passou de R\$ 22,4 milhões mil no mês de junho/2024 para R\$ 41,1 milhões em outubro/2024, apresentando aumento de 83,5%. O saldo do disponível atingiu seu pico em agosto/2024, no valor de R\$ 52,5 milhões.

5.1.2. Contas a Receber

Gráfico 2

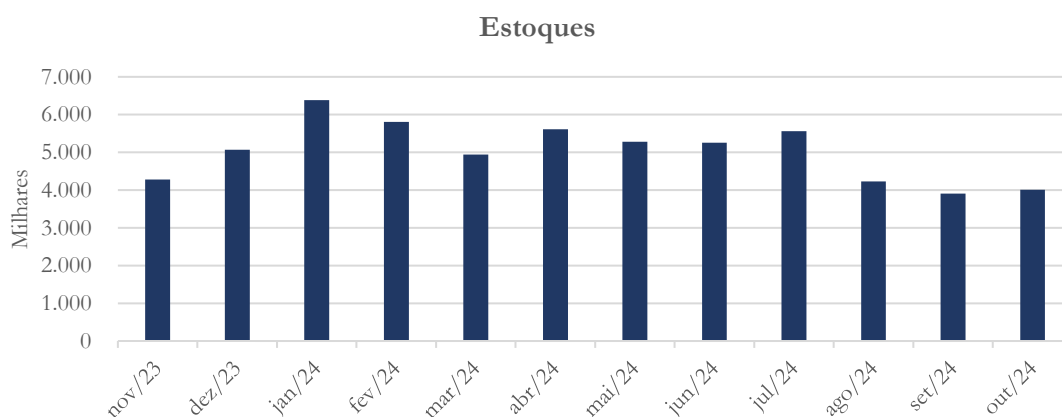


Após apresentar aumento entre junho/2024 e julho/2024, quando as contas a receber passaram de R\$ 21,4 milhões para R\$ 29,4 milhões, observa-se redução nos meses subsequentes, com saldo totalizando R\$ 4,0 milhões em outubro/2024.

As Recuperandas relataram que vêm auferindo receitas decorrentes de operações de *tolling* – como descrito na Seção 2.2 deste relatório -, as quais totalizaram R\$ 11,1 milhões em setembro/2024 e R\$ 10,8 milhões em agosto/2024. Solicitamos seja esclarecida em que contas são registradas as receitas e custos decorrentes dessas operações e se os recebíveis delas decorrentes vêm sendo tempestivamente embolsados.

5.1.3. Estoques

Gráfico 3



No período de junho/2024 a outubro/2024, o saldo dos estoques registrou média de R\$ 4,6 milhões, com maior saldo no valor de R\$ 5,6 milhões no mês de julho/2024, e menor saldo no montante de R\$ 3,9 milhões em setembro/2024.

Os estoques mantidos pelo Grupo compreendem essencialmente bens em almoxarifado e insumos agrícolas.

5.1.4. Ativo Biológico

As Recuperadas não apresentam em seu balanço patrimonial qualquer saldo relacionado a ativos biológicos.

5.1.5. Investimentos

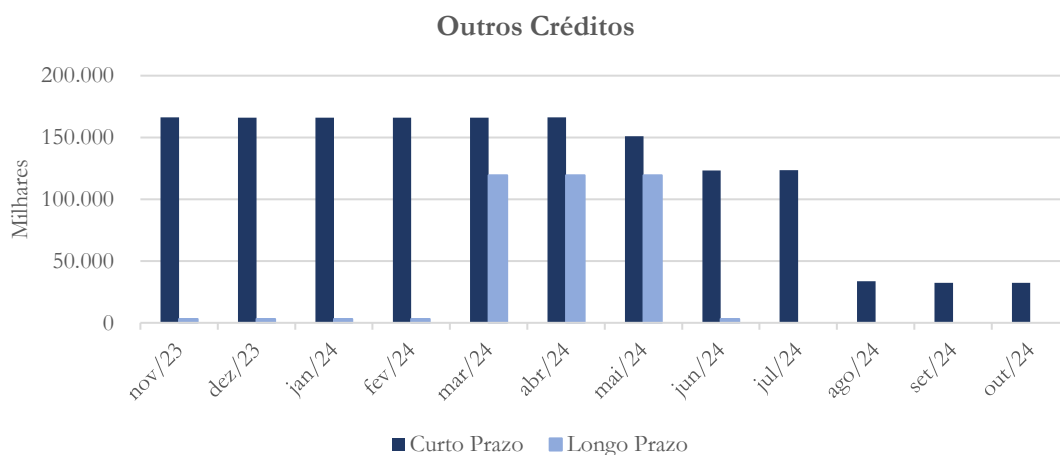
Gráfico 4



Não houve alteração nos saldos da conta investimentos no período em análise. O saldo de investimentos é essencialmente representado por ágio na subscrição do capital social de Agropecuária Terras Novas S/A, o qual totaliza R\$ 760,2 milhões.

5.1.6. Outros Créditos

Gráfico 5



Entre os meses de junho/2024 e outubro/2024, a conta outros créditos, contabilizada no ativo circulante, registrou queda de 73,8%, com saldo passando de R\$ 123,4 milhões, para R\$ 32,4 milhões. No ativo não circulante, esses ativos não apresentam variações relevantes, tendo se mantido, em média, no valor de R\$ 3,1 milhões.

De acordo com as Recuperandas, a categoria outros créditos diz respeito a direitos creditórios contra a União Federal, os quais encontram-se *representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. O grupo espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.*

Dada a redução observada de maio/2024 a outubro/2024, solicitamos às Recuperandas que esclareçam suas razões. Caso se refiram a liberação de recursos no



âmbito do processo acima mencionado, solicitamos nos sejam apresentados documentos comprobatórios do valor obtido e nos seja informado como se deu a sua utilização.

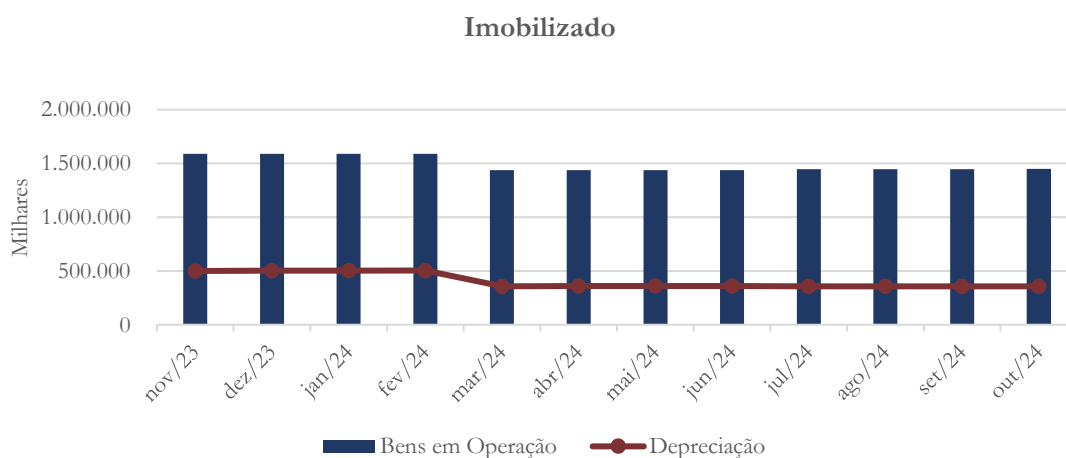
5.1.7. Imobilizado

A Lei nº 11.101/05 – que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária – em seu art. 66, aponta que:

Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo não circulante, inclusive para os fins previstos no art. 67 desta Lei, salvo mediante autorização do juiz, depois de ouvido o Comitê de Credores, se houver, com exceção daqueles previamente autorizados no plano de recuperação judicial.

A evolução do saldo do imobilizado ao longo do período de doze (12) meses findo em outubro/2024 é ilustrada no gráfico a seguir:

Gráfico 6



Entre junho/2024 e outubro/2024, observa-se que o saldo de custo do imobilizado (bens em operação) apresenta pequenas elevações, chegando ao fim desse período no valor de R\$ 1,45 bilhões. Já as depreciações acumuladas não apresentam alterações importantes, tendo, no entanto, se reduzido de R\$ 361,2 milhões em junho/2024 para alcançar R\$ 357,3 milhões em outubro/2024.

A tabela a seguir apresenta a composição mensal do imobilizado do Grupo, no período de seis (6) meses findo em outubro/2024:

Composição do Imobilizado	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24
Lavouras de cana-de-açúcar	0	0	0	0	0	0
Terrenos e propriedades	43.650	43.650	4.631	237.139	232.890	252.890
Edifícios e benfeitorias	90.813	90.813	1.611	92.185	92.185	92.185
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	381.939	381.939	74	382.011	382.132	383.145
Móveis e utensílios	9.000	9.000	18	9.182	9.182	9.186
Obras em andamento	15.812	15.812	95	15.812	15.916	16.047
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	877.278	15.751	692.215	676.464	676.464
Outras imobilizações	19.026	19.026	1.545	18.288	18.201	18.201
Total	1.437.519	1.437.519	23.724	1.446.833	1.426.970	1.448.119

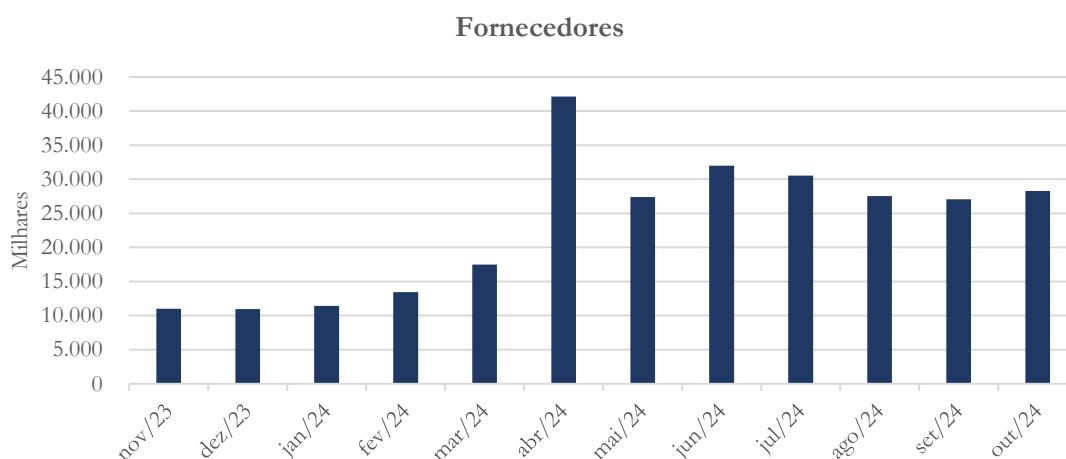
Como se pode observar no quadro acima, o imobilizado consolidado em julho/2024 difere do apresentado pelas Recuperandas em suas demonstrações contábeis. Solicitamos seja esclarecida esta divergência.

No mês de março/2024, as Recuperandas baixaram o valor de R\$ 153,9 milhões da conta de lavouras de cana-de-açúcar, assim como o saldo de depreciações acumuladas correspondente, no valor de R\$ 148,2 milhões. Posteriormente, ainda em março/2024, nova baixa foi realizada, tendo sido zerado o saldo de lavouras, com efeito líquido de baixa no valor de R\$ 780,0 mil. Tendo em vista essa movimentação, solicitamos esclarecimentos sobre as razões que levaram o Grupo a proceder à baixa desses ativos, e os respectivos impactos no resultado.

No que concerne ao saldo da conta “mais valia – ganho de capital de bens”, que totaliza R\$ 676,5 milhões em outubro/2024, as Recuperandas apresentaram esclarecimentos previamente indicando que se trata de avaliações dos bens das Empresas para fins de preparação das UPP’s, como aprovadas no Plano de Recuperação Judicial.

5.1.8. Fornecedores

Gráfico 7

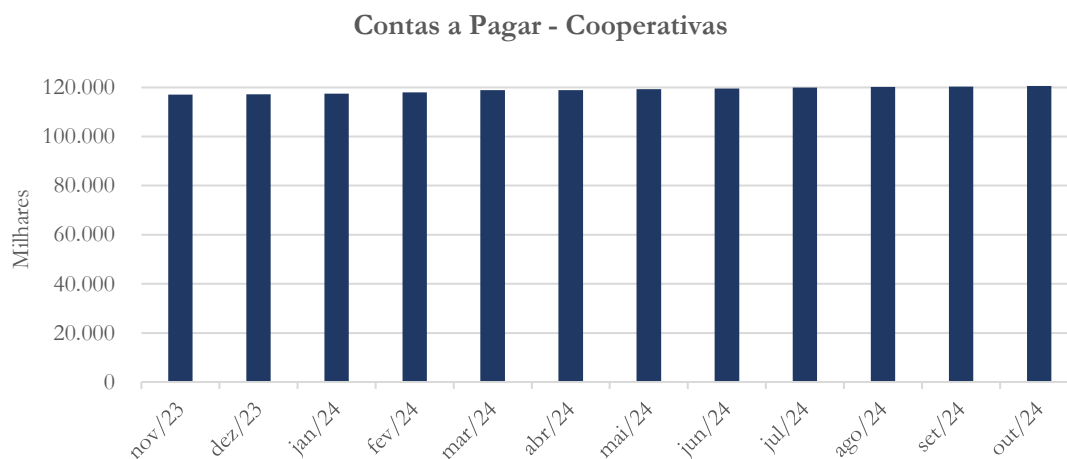


Como se pode verificar no gráfico acima, entre os meses de junho/2024 e outubro/2024, a conta fornecedores não apresentou alterações abruptas, tendo seu saldo se mantido, em média, no valor de R\$ 29 milhões. Em outubro/2024, este passivo totalizava R\$ 28,3 milhões.

A conta fornecedores registrou aumento expressivo de março/2024 para abril/2024, passando de R\$ 17,5 milhões para R\$ 42,1 milhões. Tendo em vista o fato de não se ter registrado operações de vendas nesse período, e não ter havido incremento relevante dos saldos de estoques nesse ínterim, solicitamos nos sejam fornecidos esclarecimentos sobre os aumentos observados nesta conta no período.

5.1.9. Contas a Pagar – Cooperativas

Gráfico 8



O saldo total a pagar a cooperativas se manteve estável no período de doze (12) meses findo em outubro/2024, registrando média de R\$ 119 milhões. Em outubro/2024, o montante a pagar é de R\$ 120,6 milhões.

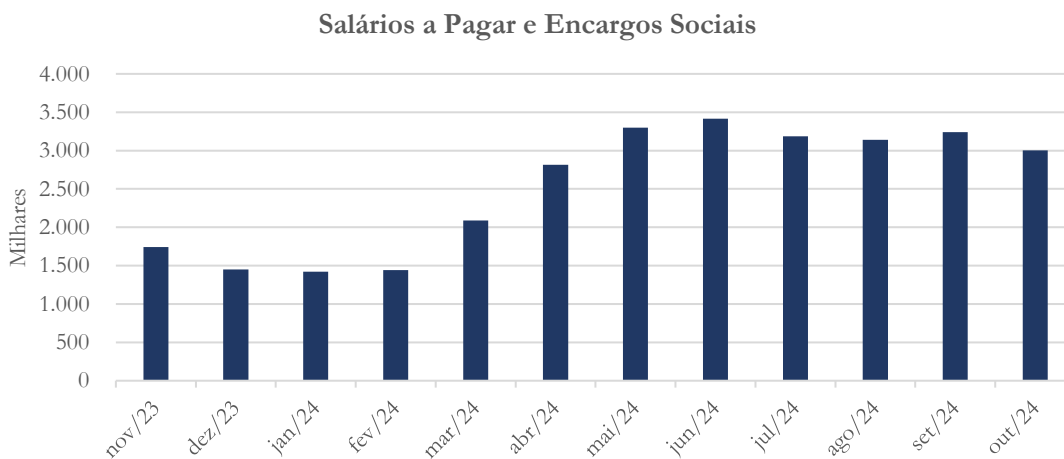
Conforme relatado pelas Recuperandas, os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o Grupo atuou como cooperado junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

5.1.10. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos totalizam R\$ 48,4 milhões em outubro/2024, um aumento de 3,9% sobre os R\$ 46,6 milhões contabilizados em junho/2024, e estão registrados integralmente no passivo circulante.

5.1.11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

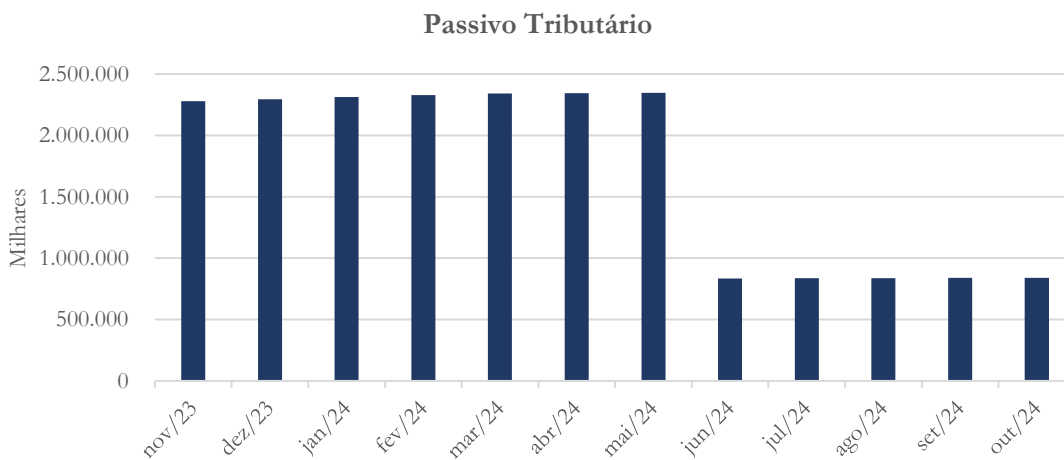
Gráfico 9



As obrigações sociais e trabalhistas apresentaram redução nos saldos referentes aos meses de junho/2024 a outubro/2024. O saldo de referidas obrigações em outubro/2024 é de R\$ 3,0 milhões.

5.1.12. Passivo Tributário

Gráfico 10



Como se pode observar no gráfico acima, as Recuperandas registraram substancial redução dos passivos tributários no mês de junho/2024, quando o saldo devido totaliza R\$ 834,1 milhões, em comparação a R\$ 2,3 bilhões registrados no mês precedente. Desde então, os saldos se mantiveram no patamar de junho/2024, encerrando outubro/2024 no valor de R\$ 840,2 milhões.

A seguir se encontra tabela com o resumo da composição e a evolução dos saldos dos tributos devidos, por natureza, registrados no passivo circulante, ao longo dos seis meses encerrados em outubro de 2024.

Passivo Tributário	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24
Tributos estaduais	748.999	748.696	748.700	747.234	747.264	747.274
Tributos federais	1.417.188	14.117	16.525	18.449	19.777	21.020
Tributos municipais	32.328	23.237	23.470	23.489	23.537	23.593
FGTS	140.741	41.517	41.646	41.661	41.662	41.718
Encargos sociais	6.767	6.545	6.546	6.546	6.552	6.552
Total	2.346.023	834.112	836.887	837.379	838.792	840.157

As Recuperandas também registram no passivo circulante, a partir de junho/2024, obrigações concernentes a tributos parcelados. Este passivo foi inicialmente registrado pelo valor de R\$ 216,2 milhões e totaliza R\$ 212,2 milhões em outubro/2024.

Conforme solicitação de esclarecimentos, a principal razão para redução do saldo entre maio/2024 e junho/2024 se refere a verbas de natureza previdenciária, parcialmente compensadas com o registro de parcelamentos de impostos. No que concerne ao passivo tributário, as Recuperandas relatam o que segue:

Em 17 de Junho de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 58.086.573,31 (Cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), recursos utilizados para pagamentos nos dias 19 e 20 de junho de FGTS,

Contribuição Social LC 110/01, Demais Débitos Federais e Débitos Previdenciários, conforme o acordo de parcelamento tributário que foi firmado em 01 de fevereiro de 2023, “Termo de Transação Individual” entre as recuperandas e a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acordo consolidado dia 18 de junho de 2024. A parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Embora as Recuperandas tenham apresentado a informação acima transcrita, esta, por si só, não permite total compreensão da movimentação havida. Sendo assim, solicitamos às Recuperandas que complementem informações sobre as movimentações observadas nos saldos de seu passivo tributário entre maio/2024 e junho/2024.

Conforme relatado pelo Grupo, em fevereiro/2023, foram firmados Termos de Transação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), por meio dos quais todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela PGFN. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215 mil, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531. Além disso, haverá a possibilidade da utilização de saldos de prejuízos fiscais e de bases negativas da contribuição social, e parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

As Recuperandas ainda relataram o quanto segue:

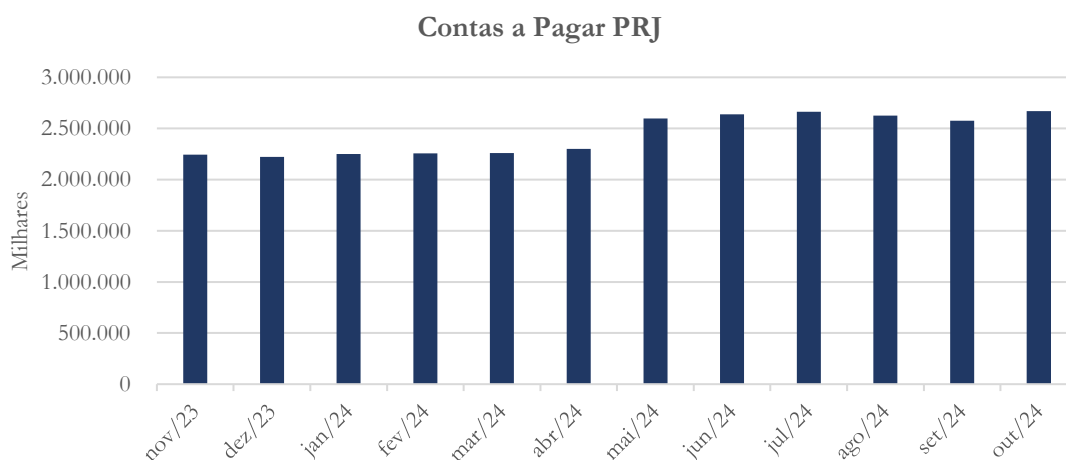
Em 19 de Abril de 2024, foi firmado junto a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a recuperanda Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA no qual foi parcelado o ICMS em 24 meses, a parcela inicial foi paga dia 29/04/2024.

Em 07 de Maio de 2024, foi firmado junto a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a recuperanda Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA no qual foi parcelado os débitos não tributario em 36 meses, a parcela inicial foi paga dia 31/07/2024.

A companhia está pleiteando junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do Estado de São Paulo e com os Municípios de Ariranha, Itapira, José Bonifácio e Monções, todos no Estado de São Paulo, para negociar o passivo tributário.

5.1.13. Contas a Pagar – PRJ

Gráfico 11



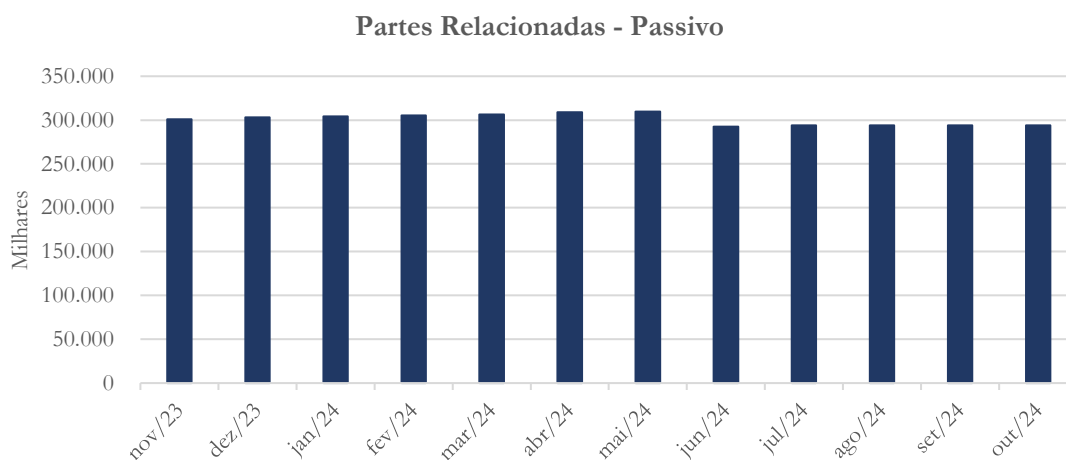
Em outubro/2024, os valores a pagar no contexto do plano de recuperação judicial totalizam R\$ 2,7 bilhões, o que representa um aumento de 1,25% sobre o montante registrado em junho/2024.

Conforme se pode observar a partir da análise do gráfico acima, houve aumento relevante deste saldo no período sob análise. Em março/2024, o saldo total era de R\$

2,26 bilhões e fecha o mês de junho/2024 no valor de R\$ 2,63 bilhões. Solicitamos às Recuperandas que disponibilizem informações sobre a composição e razões para o incremento verificado.

5.1.14. Partes Relacionadas

Gráfico 12



Os saldos a pagar a partes relacionadas vêm se mantendo relativamente estáveis, apresentando média mensal no valor de R\$ 300 milhões no período em análise (em outubro/2024 totalizam R\$ 293,9 milhões).

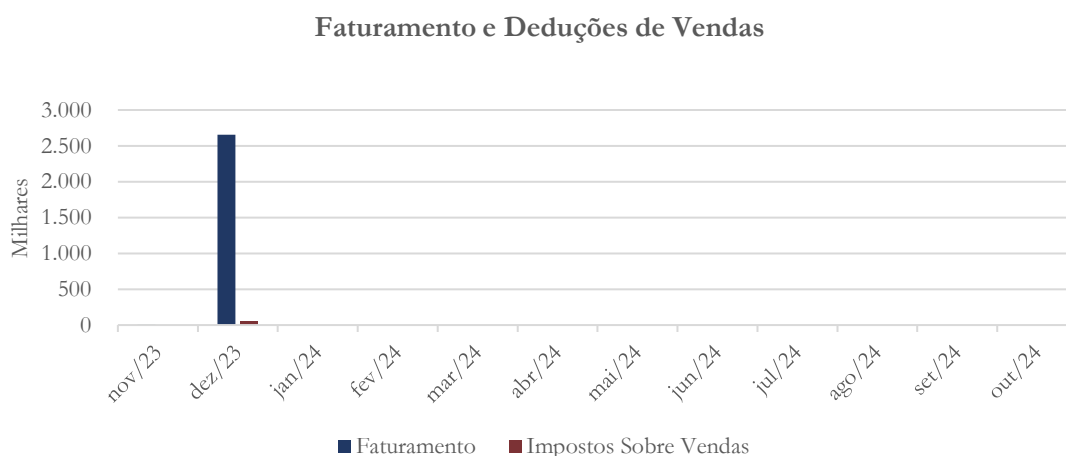
O saldo remanescente de transações com partes relacionadas nas demonstrações contábeis combinadas preparadas pelo Grupo se referem a transações com pessoas físicas, dentre elas sócios das empresas que compõem o Grupo. Como se pode observar no gráfico acima, houve redução dos valores a pagar a partir de maio/2024, data em que os valores devidos ascendiam a R\$ 309,7 milhões. Solicitamos às Recuperandas que esclareçam sobre as razões para referida redução e apresentem relação dos pagamentos efetuados, se este for o caso.

5.2. Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), como relatório contábil é confeccionada junto com o Balanço Patrimonial e oferece uma síntese econômica das atividades operacionais e não operacionais de uma empresa, permitindo visualizar, assim, se ela está gerando lucro ou prejuízo, em um determinado período.

5.2.1. Faturamento e Deduções de Vendas

Gráfico 13



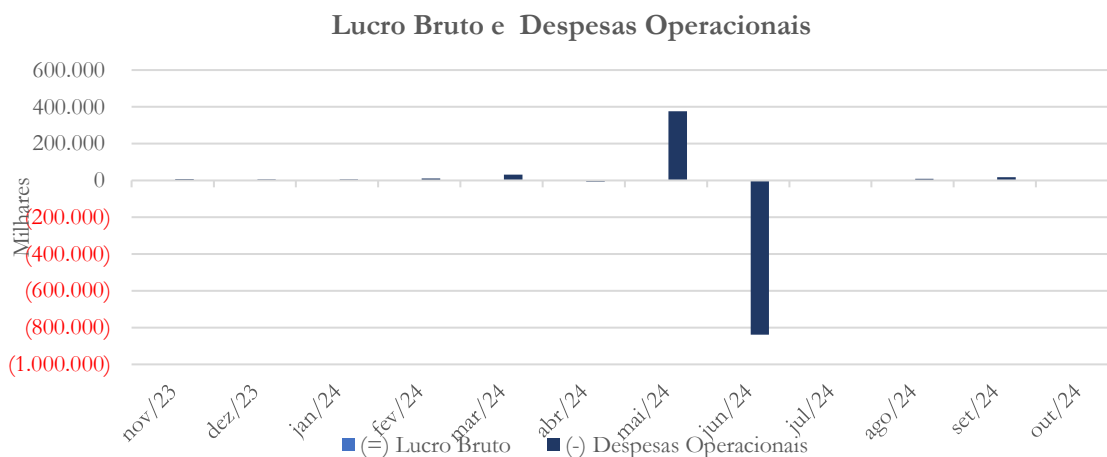
O Grupo não registrou receita de vendas e deduções nos dez (10) primeiros meses de 2024. O último registro de receitas foi feito no mês de dezembro/2023, como se pode verificar no gráfico acima.

5.2.2. Custo de Vendas

Com base na situação descrita, o Grupo não apresentou qualquer movimentação ou registro de custo de vendas durante todo o período em análise.

5.2.3. Lucro Bruto e Despesas Operacionais

Gráfico 14



Tendo em vista a ausência do registro de receitas e custo de vendas, como descrito acima, não houve apuração de lucro bruto, exceto em dezembro/2023, quando este somou R\$ 2,6 milhões.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 82,9 milhões de novembro/2023 a outubro/2024 (R\$ 56,2 milhões de maio/2024 a outubro/2024).

As Recuperandas registraram no grupo de despesas operacionais ganhos que superaram as despesas. Referidos ganhos, líquidos de despesas, totalizaram R\$ 465,7 milhões nos doze (12) meses findos em outubro/2024 (R\$ 493,1 milhões de maio/2024 a outubro/2024, considerando o exercício social 2024/25 que se inicia no mês de maio de cada ano).

Esses ganhos foram registrados principalmente em conta intitulada “receitas/despesas plano de recuperação judicial”, a título de outras receitas operacionais. Dada a relevância dos efeitos ora citados, solicitamos às Recuperandas

que nos apresentem sua composição, por natureza e com os respectivos valores apurados, assim como nos apresentem informações sobre os critérios adotados para cálculo e registro dos ganhos apurados.

5.2.4. Resultado Operacional

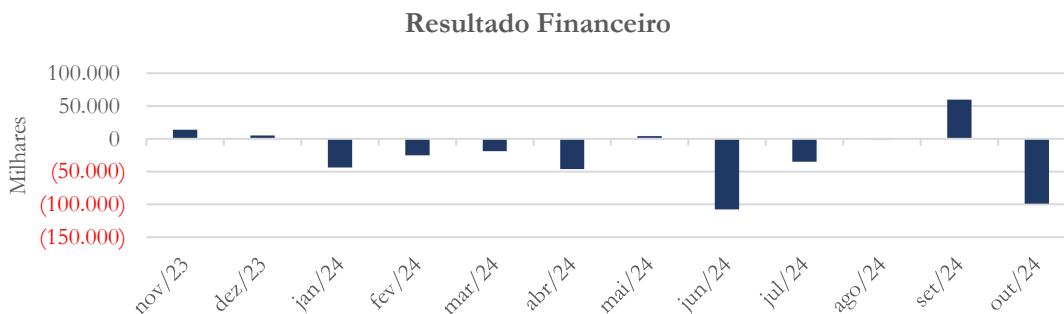
Gráfico 15



No acumulado de doze (12) meses findos em outubro/2024, as Recuperandas apuraram lucro operacional no montante de R\$ 373,7 milhões (R\$ 438,2 milhões nos seis primeiros meses do exercício 2024/25). Este resultado inclui despesas com depreciações que totalizaram R\$ 11,7 milhões no acumulado de novembro/2023 a outubro/2024 (R\$ 1,2 milhões no primeiro semestre do exercício 2024/25).

5.2.5. Resultado Financeiro

Gráfico 16



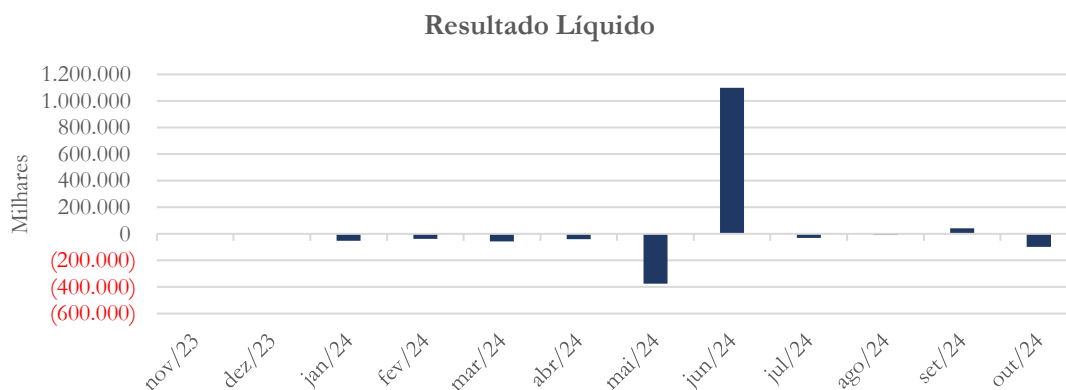


As Recuperandas registraram despesas financeiras líquidas de novembro/2023 a outubro/2024 no valor total de R\$ 292,7 milhões (R\$ 177,7 milhões no primeiro semestre do exercício social 2024/25).

Como se pode observar no gráfico acima, as despesas financeiras apresentam relevante aumento entre maio/2024 e junho/2024, atingindo nesse mês R\$ 107,4 milhões. Em setembro/2024 as Recuperandas apuraram receitas financeiras líquidas no montante de R\$ 60,0 milhões e em outubro/2024, despesas financeiras líquidas no montante de R\$ 98,9 milhões. Dada a relevância desses efeitos, solicitamos às Recuperandas que esclareçam as razões para tanto.

5.2.6. Resultado Líquido

Gráfico 17



Refletindo os fatos acima expostos, no período de doze (12) meses findo em outubro/2024, as Recuperandas registraram lucro líquido no montante de R\$ 448,9 milhões (R\$ 627,5 milhões no primeiro semestre do exercício social 2024/25 iniciado em maio/2024).

5.3. Demonstrativo do Fluxo de Caixa

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 03 R2), a demonstração dos fluxos de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis parâmetro a respeito da capacidade de uma empresa gerar ou não caixa e equivalentes de caixa, bem como o uso destes recursos. Nesse sentido e, segundo Sérgio Adriano⁷:

A DFC informa as entradas em dinheiro e as saídas em dinheiro de uma empresa em atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, sendo que a soma dessas três atividades resulta na variação líquida de caixa ocorrida no período contábil, que somada ao saldo inicial de caixa mais equivalente de caixa resulta no saldo final de caixa mais o equivalente de caixa.

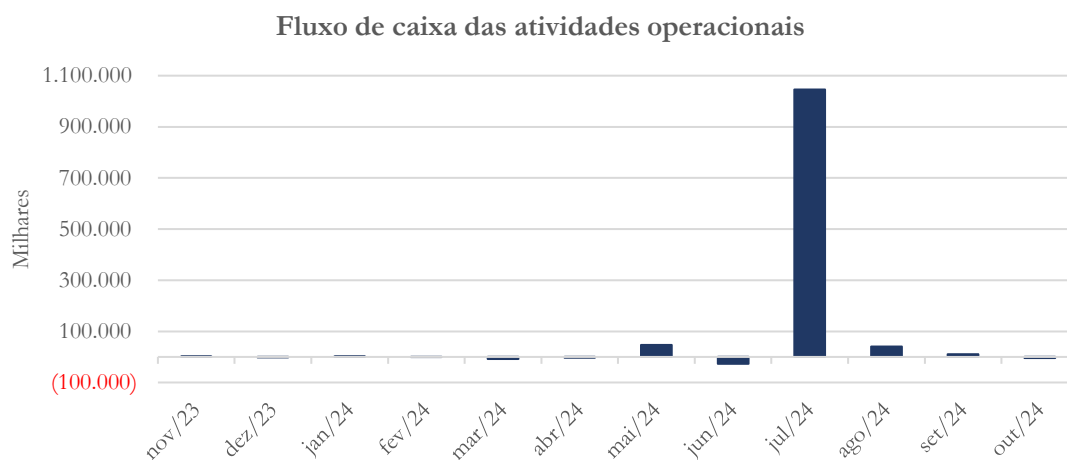
A DFC compreende os fluxos de caixa gerados ou utilizados nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento, as quais apresentaremos abaixo.

5.3.1. Atividades Operacionais

Decorrente da atividade operacional, o montante do fluxo de caixa demonstrará se as operações realizadas por uma empresa são suficientes para manter sua capacidade operacional, amortizar dívidas, fazer face a novos investimentos e remunerar os acionistas, mediante pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

⁷ Adriano, Sérgio. *Manual dos pronunciamentos contábeis comentados*, 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 2018:217.

Gráfico 18

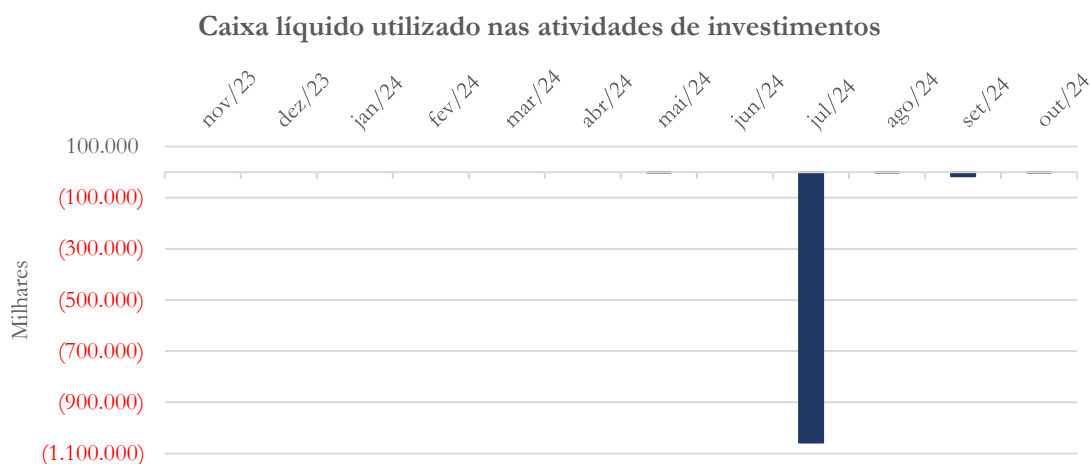


O fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais do Grupo registra geração de recursos no montante de R\$ 1,1 bilhões no período de doze (12) meses findo em outubro/2024 (R\$ 1,1 bilhões no primeiro semestre do exercício social do exercício 2024/25 iniciado em maio/2024). Este efeito está influenciado por ganhos de capital na avaliação de bens de capital apresentados na demonstração do fluxo de caixa de julho/2024, que totalizam R\$ 1,1 bilhões. Tendo em vista a magnitude deste valor e a natureza da transação, solicitamos às Recuperandas esclarecimentos sobre o ocorrido.

5.3.2. Atividades de Investimento

O fluxo advindo dessas atividades representa os gastos com despesas de capital ou ganhos gerados por atividades de investimento, visando o patrimônio de longo prazo, isto é, o negócio em funcionamento.

Gráfico 19



Como se pode observar pela evolução dos dados acima, o Grupo relata ter aplicado recursos na aquisição de ativo imobilizado e tratos culturais no mês de julho/2024 no montante de R\$ 1,1 bilhões – o que não condiz com a evolução dos saldos do imobilizado, como apresentado anteriormente neste relatório. Sendo assim, tendo em vista a magnitude deste valor e a natureza da transação, solicitamos à Recuperanda esclarecimentos sobre o ocorrido. Nos demais meses analisados o Grupo não utilizou ou gerou recursos relevante nas atividades de investimento.

5.3.3. Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento representa principalmente as captações e amortizações de dívidas.

Nos meses analisados o Grupo não utilizou ou gerou recursos de atividades de financiamento.

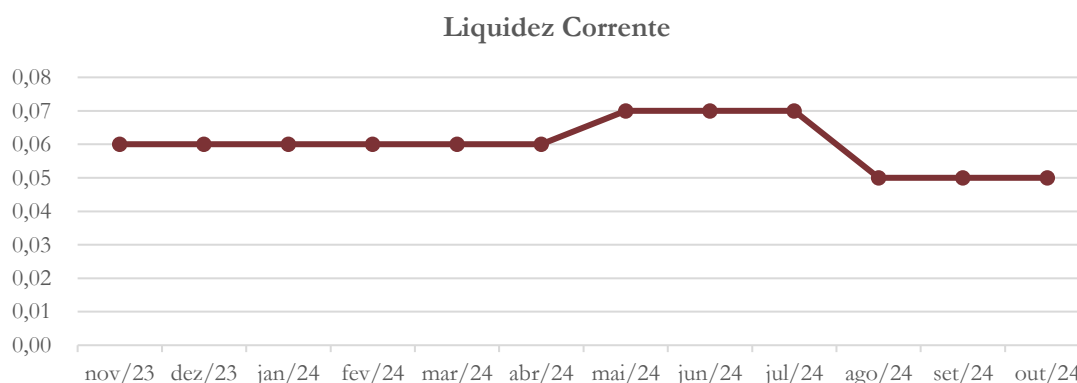
5.4. Índices e Indicadores

Os índices e indicadores são resultados obtidos através da análise contábil de uma empresa, os quais fornecem informações relevantes a respeito das operações realizadas, possibilitando uma melhor avaliação, via fórmulas matemáticas, na averiguação das demonstrações contábeis.

5.4.1. Liquidez Corrente

A liquidez corrente⁸ – obtida através da razão entre o ativo circulante e o passivo circulante – tem como objetivo demonstrar se a empresa tem condições financeiras de honrar suas obrigações imediatas, ou seja, aquelas de curto prazo.

Gráfico 20



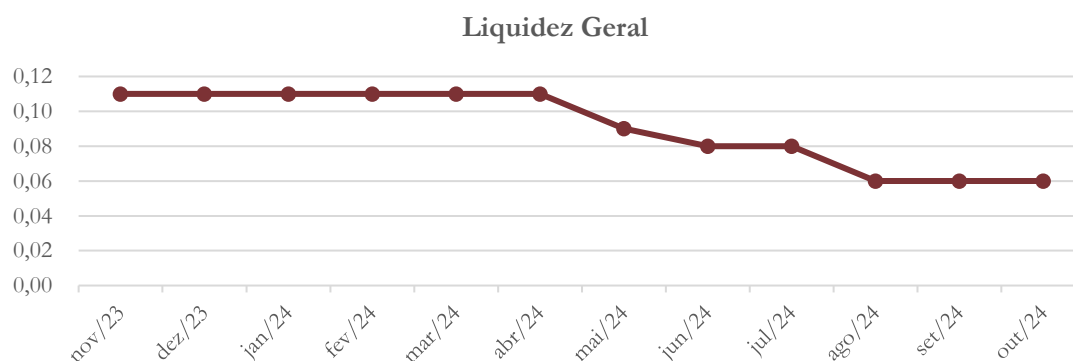
No mês de outubro/2024, o Grupo dispõe de R\$ 0,05 de ativos correntes para honrar cada R\$ 1,00 de passivos de curto prazo contabilizados.

⁸ Quanto maior for o índice encontrado, melhor é a situação de liquidez da empresa.

5.4.2. Liquidez Geral

Objetiva comparar a capacidade da empresa a curto e a longo prazos⁹. Neste sentido, quando o resultado deste indicador for menor que 1, em tese, a empresa estaria com problemas financeiros e, conseqüentemente, apresentaria dificuldades em cumprir suas obrigações.

Gráfico 21



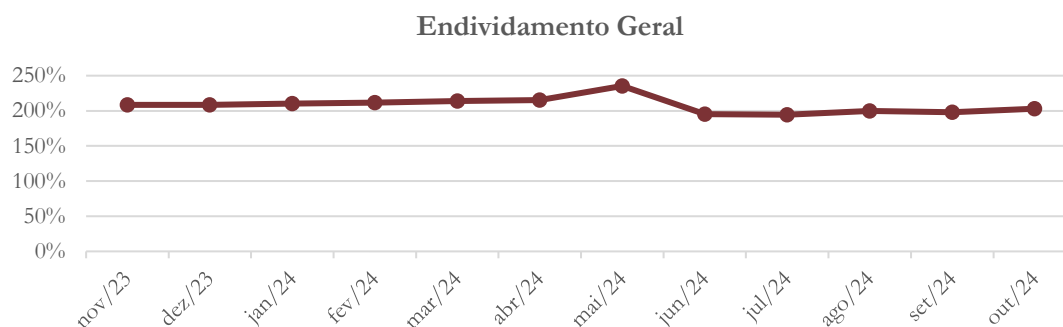
Este índice apresenta redução a partir de maio/2024. Em outubro/2024, as Recuperadas dispunham de R\$ 0,06 de ativos correntes e não correntes para cada R\$ 1,00 de passivos de curto e longo prazos.

5.4.3. Endividamento

O objetivo deste índice é verificar o percentual de capital de terceiros que uma empresa utiliza num período sob análise. Neste sentido, quanto mais elevado for o índice, maior o grau de endividamento no andamento de suas atividades.

⁹ Calcula-se a liquidez geral através da soma do ativo circulante e realizável a longo prazo dividido pela soma do passivo circulante e não circulante.

Gráfico 22



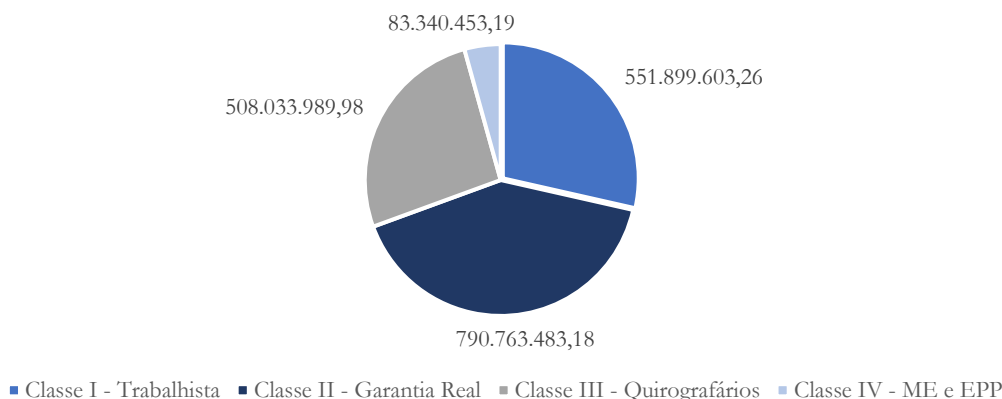
Conforme o gráfico acima, a Recuperanda apresenta alta participação de capital de terceiros na operação. Os seus passivos totais representam, aproximadamente, o dobro de seus ativos totais.

6. Passivo concursal

O Grupo possui o seguinte passivo concursal:

Gráfico 23

Passivo Concursal - Moeda Nacional (R\$)



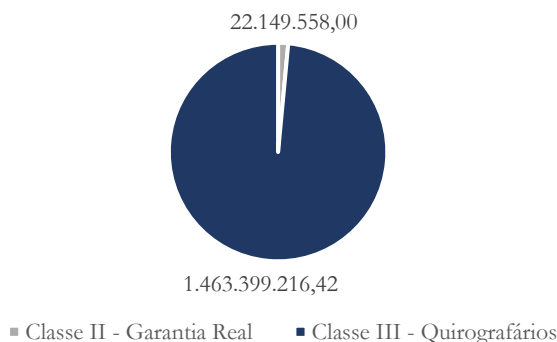
O passivo concursal (em R\$) em moeda nacional, conforme a lista do art. 7º, § 2º, da Lei 11.101/2005, totaliza R\$ 1,9 bilhões, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Classes de Credores	Valor (Reais)	Participação
Classe I - Trabalhista	551.899.603,26	28,54%
Classe II - Garantia Real	790.763.483,18	40,89%
Classe III - Quirografários	508.033.989,98	26,27%
Classe IV - ME e EPP	83.340.453,19	4,31%
Total	1.934.037.529,61	100,00%

Conforme a tabela acima, a Classe I (trabalhista) representa 28,54% do crédito concursal, seguida da Classe II (garantia real), cuja participação sobre o passivo é de 40,89%, enquanto na Classe III (quirografários) se concentram 26,27% da dívida e, por fim, a Classe IV (ME e EPP) registra 4,31% do passivo total.

Gráfico 24

Passivo Concursal - Moeda Estrangeira (US\$)



O Grupo apresenta passivo concursal em dólares norte-americanos no valor de US\$ 1,48 bilhões, conforme tabela abaixo:

Classes de Credores	Valor (USD)	Participação
Classe I - Trabalhista	0,00	0,00%
Classe II - Garantia Real	22.149.558,00	1,49%
Classe III - Quirografários	1.463.399.216,42	98,51%
Classe IV - ME e EPP	0,00	0,00%
Total	1.485.548.774,42	100,00%



O Grupo possui ainda passivo extraconcursal no valor de R\$ 9,1 milhões.

As Recuperandas registram no seu passivo valores a pagar no contexto da recuperação judicial no montante de R\$ 2,7 bilhões em outubro/2024.

7. Considerações finais

Em julho/2024, foi completado o processo de aumento de capital das UPIs anteriormente constituídas pelo Grupo, mediante contribuição de bens do ativo imobilizado de certas Recuperandas. As contribuições correspondem aos valores contábeis até então registrados pelas empresas que procederam às integralizações.

O Grupo não apresenta atividades operacionais no primeiro semestre de seu exercício social (2024/25), que se inicia em maio de cada ano. Seu resultado se compõe essencialmente de ganhos líquidos relacionados principalmente ao processo recuperacional, os quais alcançaram, aproximadamente, R\$ 494,0 milhões no período. As demais despesas operacionais somaram R\$ 56,2 milhões.

As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 177,7 milhões nos seis primeiros meses do novo exercício social (2024/25). As Recuperandas também registraram despesas com depreciações no valor de R\$ 1,2 milhões e créditos com a provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 367,1 milhões no mesmo período.

Todos os efeitos considerados resultaram na apuração de lucro líquido no valor de R\$ 627,5 milhões no período de maio/2024 a outubro/2024.

No segundo semestre do exercício 2023/24, que se iniciou em maio/2023 e se encerrou em abril/2024, o Grupo apurou prejuízo líquido no montante de R\$ 178,6 milhões. Neste período as vendas líquidas somaram R\$ 2,6 milhões, não há registro de custo de vendas e as despesas operacionais alcançaram R\$ 54,2 milhões, as depreciações somaram R\$ 12,9 milhões, além de despesas financeiras líquidas no montante de R\$ 114,9 milhões.

Cabe, por fim, menção ao fato de que, comparativamente a junho/2024, as Recuperandas apresentam redução de créditos diversos, no valor de R\$ 91 milhões, e de contas a receber no montante de R\$ 17 milhões. Estas reduções foram parcialmente compensadas por um aumento de caixa da ordem de R\$ 19 milhões. Os demais ativos não apresentam variações relevantes, à exceção do imobilizado que se elevou em cerca de R\$ 14 milhões.

Já em relação aos passivos, não se observam variações de elevado montante. Salienta-se, no entanto, aumento do saldo registrado a título de passivo concursal, pelo valor de R\$ 33 milhões.

No que se refere aos índices econômico-financeiros, não se verificam alterações relevantes, indicando ainda forte restrição de liquidez e elevado endividamento, o qual corresponde a, aproximadamente, o dobro dos ativos totais do Grupo.

No mais, continuaremos acompanhando!



8. Acompanhamento processual

Recuperação Judicial

Processo n. 1000626-29.2021.8.26.0531

28/05/2021	• Pedido de Recuperação Judicial
08/06/2021	• Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial
30/06/2021	• Edital do Artigo 52, § 1º da Lei 11.101/2005.
10/08/2021	• Plano de Recuperação Judicial
06/10/2021	• Edital do Artigo 53 da Lei 11.101/2005.
09/11/2021	• Edital do Artigo 7º da Lei 11.101/2005.
11/07/2022	• PRJ consolidado
11/07/2022	• Aprovação do PRJ
08/12/2022	• Homologação do PRJ
21/11/2024	• Edital do certame judicial – UPI Monções
02/12/2024	• Edital do certame judicial – UPI José Bonifácio
24/01/2025	• Edital do certame judicial – UPI Imóveis

Para verificação do andamento processual acesse o site: www.r4cempresarial.com.br

9. Anexos

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações Financeiras em
31 de julho de 2024

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
Valores em Milhares de Reais

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial

Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 3 (três) meses findos em 31 de julho de 2024.

Ariranha (SP), 20 de setembro de 2024.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
 Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO			PASSIVO		
Circulante	Nota	31/07/2024	Circulante	Nota	31/07/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		11.947	Fornecedores		30.535
Contas a Receber	3	3.297	Empréstimos e Financiamentos		47.054
Estoques	4	5.561	Salários a Pagar e Encargos Sociais	9	3.188
Impostos a Recuperar	5	85.251	Contas a pagar - Cooperativa	10	52.686
Contas a Receber - Cooperativa		-	Impostos e Contribuições a Recolher	11	836.886
Adiantamentos a Fornecedores		28.187	Impostos parcelados		210.198
Ativo Biológico		-	Outras Contas a Pagar		22.075
Outros Créditos	6	123.466	Contas a Pagar PRJ	12	2.663.938
Total do ativo circulante		257.710	Passivo de Arrendamentos		46
Não Circulante			Total do passivo circulante		3.866.606
Depósitos Judiciais		27.960	Não Circulante		
Outros Créditos	6	3.064	Empréstimos e Financiamentos		-
Ativo Fiscal Diferido		15.303	Contas a pagar - Cooperativa	10	67.255
Partes Relacionadas - Ativo		-	Provisão para Contingências	13	46.974
Total do realizável a longo prazo		46.326	Passivo Fiscal Diferido		616
Investimentos	7	778.943	Partes Relacionadas - Passivo	14	293.838
Imobilizado	8		Impostos e Contribuições a Recolher		-
Custo		1.446.744	Provisão para perdas em investimentos	7	-
Depreciação Acumulada		(357.274)	Total do passivo não circulante		408.684
Direito de Uso		46	Capital Social	15	57.733
		1.868.459	Reserva de Capital		7.519
Total do ativo não circulante		1.914.785	Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Total do ativo		2.172.495	Prejuízos Acumulados		(2.178.243)
			Total do patrimônio líquido		(2.102.795)
			Total do passivo		4.275.291
			Total do passivo e patrimônio líquido		2.172.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	31/07/2024	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	16	-	-
Impostos Indicentes Sobre Vendas		-	-
Receita líquida de vendas		-	-
Varição do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Lucro (prejuízo) bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	17	(4.010)	(26.784)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		7.027	492.853
Total das despesas operacionais		3.017	466.069
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		3.017	466.069
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	3.944	1.265
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		6.961	467.334
Resultado financeiro	18		
Receitas Financeiras		15	20
Despesas Financeiras		(4.271)	(5.714)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		(30.528)	(132.723)
Resultado financeiro líquido		(34.784)	(138.418)
IRPJ / CSLL - Diferido		-	367.074
Lucro (prejuízo) do período		(27.824)	695.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE

	31/07/2024	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(27.824)	695.990
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	(27.824)	695.990

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios societários de 3 (três) meses findos em 31 de julho de 2024
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2024	48.680	7.519	10.196	(2.874.233)	(2.807.838)
Integralização de capital	9.053				9.053
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	695.990	695.990
Em 31 de julho de 2024	<u>57.733</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.178.243)</u>	<u>(2.102.795)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	31/07/2024	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(27.824)	695.990
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	(3.944)	(1.265)
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Impostos diferidos	-	-
Transferência para o Ativo Circulante	-	-
Varição no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalência patrimonial	(0)	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Ganho de Capital na avaliação de bens do imobilizado	1.056.693	1.056.693
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	445	445
	1.025.371	1.751.863
Varição nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber	18.156	(14)
Estoques	(305)	47
Adiantamentos a fornecedores	(2.703)	(1.230)
Outros créditos	362	278.860
Ativos e passivos fiscais diferidos	0	866
Fornecedores	(1.317)	(12.045)
Salários e encargos sociais	(226)	372
Depósitos Judiciais	-	12
Impostos e contribuições a recolher	(3.204)	(1.296.174)
Outras contas a pagar	(18.013)	(4.028)
Contas a Pagar PRJ	27.019	362.377
Partes relacionadas	1.264	(15.048)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.046.403	1.065.859
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	(1.065.917)	(1.065.925)
Integralização de capital e investida	9.053	9.053
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.056.865)	(1.056.872)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(10.462)	8.988
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	11.939	11.939
No início do período	22.401	2.952
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(10.462)	8.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
Valores em Milhares de Reais*

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 2,00 (Dois reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.075/24-0 de 19 de julho de 2024;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS URBANOS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 626.696,00 (Seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.503/24-5 de 31 de julho de 2024;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
Valores em Milhares de Reais*

capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE I LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 216.117.015,00 (Duzentos e dezesseis milhões, cento e dezessete mil e quinze reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.502/24-1 de 31 de julho de 2024;

- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE II LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 6.190.496,00 (Seis milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.458/24-4 de 19 de julho de 2024;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA CATANDUVA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 238.642.188,00 (Duzentos e trinta e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e oito reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.083/24-8 de 22 de julho de 2024;
- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
Valores em Milhares de Reais*

EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA ITAPIRA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 124.127.671,00 (Cento e vinte e quatro milhões, cento e vinte sete mil, seiscentos e setenta e um reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 284.283/24-1 de 24 de julho de 2024;

- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA JOSÉ BONIFÁCIO LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 269.299.127,00 (Duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e vinte e sete reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.459/24-8 de 19 de julho de 2024, e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA MONÇÕES LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 210.742.394,00 (Duzentos e dez milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.095/24-0 de 19 de julho de 2024.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 3 (três) meses findos em 31 de julho de 2024.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia,

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
Valores em Milhares de Reais*

apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, a parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 13 de março de 2024, foi deferido e reestabelecido o Plano de Recuperação Judicial.

Em 17 de Junho de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 58.086.573,31 (Cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), recursos utilizados para pagamentos da 1ª Parcela nos dias 19 e 20 de junho de FGTS, Contribuição Social LC 110/01, Demais Débitos Federais e Débitos Previdenciários, conforme o acordo de parcelamento tributário que foi firmado em 01 de fevereiro de 2023, “ Termo de Transação Individual “ entre as recuperandas e a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acordo consolidado dia 18 de junho de 2024, a 2ª Parcela do “ Termo de Transação Individual “, vencerá em 30/06/2025.

A parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

A situação atual das empresas: as unidades operacionais do GVO (Itapira, Jose Bonifácio e Monções) não estão em operação, na segunda quinzena de abril de 2024 a unidade de Ariranha, iniciou suas atividades da safra 2024/2025 e tem previsão de término no início de dezembro de 2024.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
Valores em Milhares de Reais

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o

montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
Valores em Milhares de Reais*

5 Impostos a recuperar

	31/07/2024
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.648
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	18.029
Outros	7.575
	85.251

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	31/07/2024
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	123.000
Empréstimos compulsórios	2.719
Demais contas a receber	811
	126.530
Ativo circulante	123.466
Ativo não circulante	3.064
	126.530

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65.

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	31/07/2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuaria Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	778.943

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
Valores em Milhares de Reais

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (*estão sendo apresentados em Reais – R\$*) conforme segue:

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430	(1.430)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	894	(894)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316	(316)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.241	(94.241)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	282	(282)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230	(230)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26	(26)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba IPC90	26	(26)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas	87	(87)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas IPC90	87	(87)
Banco Bradesco S.A.	285	(285)
Banco Fenicia S.A.	2	(2)
Banco Nacional S.A.	3.344	(3.344)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000	(50.000)
Embraer S.A.	13.446	(13.446)
Condecrer S.A.	25.177	(25.177)
FISET PESCA SUDEPE	654	(654)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.656	(47.656)
Fundo de Investimentos Setoriais FISET - PESCA	14.455	(14.455)
Hospital São Domingos S.A.	2.491	(2.491)
Pagrisa Pastoral Agrícola S.A.	1.222	(1.222)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057	(3.057)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.328	(19.328)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.125	(1.125)
Cooperativa de Mococa	582	(582)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119	(1.119)
	281.562	(281.562)

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
 Valores em Milhares de Reais

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

Descrição	31/07/2024			30/06/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.631	(0)	4.631	43.650
Edifícios e benfeitorias	23.885	(22.274)	1.611	35.506
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	74	-	74	101.381
Móveis e utensílios	19	(1)	18	1.162
Obras em andamento	95	-	95	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	15.751	-	15.751	877.278
Outras imobilizações	19.062	(17.517)	1.545	1.512
	63.516	(39.792)	23.724	1.076.302

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Saldo em	
	30/06/2024	Adições	Depreciações	Baixas	31/07/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	43.650	-	(0)	(39.020)	4.631
Edifícios e benfeitorias	35.506	-	(415)	(33.480)	1.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	101.381	-	(3.524)	(97.783)	74
Móveis e utensílios	1.162	-	(40)	(1.104)	18
Obras em andamento	15.812	-	-	(15.718)	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	-	(861.527)	15.751
Outras imobilizações	1.512	171	(2)	(136)	1.545
	1.076.302	171	(3.981)	(1.048.768)	23.724

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

Descrição	31/07/2024			30/06/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	10.201	(8.900)	1.301	1.315
Outras imobilizações	9.868	(8.776)	1.092	1.094
	20.069	(17.676)	2.393	2.409

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
 Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/06/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/07/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	1.315	-	(14)	-	1.301
Outras imobilizações	1.094	-	(2)	-	1.092
	2.409	-	(16)	-	2.393

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool:

Descrição	31/07/2024			30/06/2024
	Custo	De preciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	1.285
Edifícios e benfeitorias	108	(74)	33	8.635
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	74	-	74	12.340
Móveis e utensílios	19	(1)	18	1.059
Obras em andamento	-	-	-	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	326.140
Outras imobilizações	332	-	332	294
	533	(75)	457	362.528

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/06/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/07/2024
Terrenos e propriedades	1.285	-	-	(1.285)	-
Edifícios e benfeitorias	8.635	-	(101)	(8.500)	33
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	12.340	-	(398)	(11.868)	74
Móveis e utensílios	1.059	-	(30)	(1.011)	18
Obras em andamento	12.775	-	-	(12.775)	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	-	(326.140)	-
Outras imobilizações	294	172	2	(136)	332
	362.528	172	(527)	(361.715)	457

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	31/07/2024			30/06/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	8.916
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	25.280
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	89.041
Móveis e utensílios	-	-	-	103
Obras em andamento	-	-	-	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	350.324
	-	-	-	476.607

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	30/06/2024				31/07/2024
Terrenos e propriedades	8.916	-	-	(8.916)	-
Edifícios e benfeitorias	25.280	-	(299)	(24.981)	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	89.041	-	(3.126)	(85.915)	-
Móveis e utensílios	103	-	(10)	(93)	-
Obras em andamento	2.942	-	-	(2.942)	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	-	(350.324)	-
	476.607	-	(3.435)	(473.172)	-

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

Descrição	31/07/2024			30/06/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.631	(0)	4.631	33.449
Edifícios e benfeitorias	13.576	(13.300)	276	276
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	15.751	-	15.751	200.814
Outras imobilizações	8.862	(8.741)	121	124
	42.915	(22.041)	20.874	234.758

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/06/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/07/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	33.449	-	(0)	(28.819)	4.631
Edifícios e benfeitorias	276	-	0	-	276
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	-	(185.063)	15.751
Outras imobilizações	124	-	(3)	-	121
	234.758	-	(3)	(213.881)	20.874

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	31/07/2024
Salários e honorários e encargos a pagar	1.041
Provisão de férias e encargos	1.380
Provisão para 13 salário e encargos	767
	3.188

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	31/07/2024
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	33.738
Parcelamentos tributários	5.675
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	31.656
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	(7.951)
Total	119.942
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	67.255
	119.942

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
Valores em Milhares de Reais

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 10,50% % a.a.

11 Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/07/2024</u>
Tributos Estaduais	748.700
Tributos Federais	16.525
Tributos Municipais	23.470
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	41.646
Tributos Sindicais	<u>6.546</u>
	<u>836.886</u>

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	<u>31/07/2024</u>
Credores Classe I - Trabalhistas	253.022
Credores Classe II - Com garantias	666.121
Credores Classe III - Quirografários	1.696.070
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	13.655
Credores Extraconcursais	<u>35.071</u>
	<u>2.663.938</u>

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
Valores em Milhares de Reais

legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 46.974, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	31/07/2024
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	186.706
Hermelindo Ruete de Oliveira	86.914
Virgolino de Oliveira Filho	20.219
	293.838

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

	Capital Social	Percentual de participação das Pessoas Físicas	Parcelas eliminadas na Consolidação	Parcelas de acionistas Pessoas Físicas
Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em recuperação judicial				
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	238.643	0,0000%	238.643	-
UPI Usina Itapira Ltda.	124.129	0,0000%	124.129	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	269.300	0,0000%	269.300	-
UPI Usina Monções Ltda.	210.743	0,0000%	210.743	-
UPI Terras Parte I Ltda.	216.118	3,8990%	207.691	8.427
UPI Terras Parte II Ltda.	6.191	0,0000%	6.191	-
UPI Imóveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imóveis Urbanos Ltda.	628	99,9600%	0	627
	2.400.349		2.342.616	57.733

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de julho de 2024
Valores em Milhares de Reais*

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Para o período, não houve vendas.

17 Despesas gerais e administrativas

	31/07/2024
Despesas com pessoal	3.522
Serviços de terceiros	20.828
Taxas e tributos	836
Diversos	1.599
	26.784

18 Resultado financeiro

	31/07/2024
Receitas financeiras	
Outras operações	20
	20
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher / Outros	(5.714)
	(5.714)
Variações cambiais liquidadas	(132.723)
Receitas (Despesas) financeiras liquidadas do Plano de Recuperação Judicial	-
Resultado financeiro líquido	(138.418)


 CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


 GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações Financeiras em
31 de agosto de 2024

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
Valores em Milhares de Reais

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial

Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 4 (quatro) meses findos em 31 de agosto de 2024.

Ariranha (SP), 3 de outubro de 2024.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
 Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO

Circulante	Nota	31/08/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		52.465
Contas a Receber	3	3.275
Estoques	4	4.225
Impostos a Recuperar	5	84.919
Contas a Receber - Cooperativa		-
Adiantamentos a Fornecedores		29.685
Ativo Biológico		-
Outros Créditos	6	33.563
Total do ativo circulante		208.133
Não Circulante		
Depósitos Judiciais		28.010
Outros Créditos	6	3.064
Ativo Fiscal Diferido		15.303
Partes Relacionadas - Ativo		-
Total do realizável a longo prazo		46.377
Investimentos	7	778.943
Imobilizado	8	
Custo		1.446.832
Depreciação Acumulada		(357.292)
Direito de Uso		46
		<u>1.868.529</u>
Total do ativo não circulante		1.914.905
Total do ativo		2.123.038

PASSIVO

Circulante	Nota	31/08/2024
Fornecedores		27.524
Empréstimos e Financiamentos		47.524
Salários a Pagar e Encargos Sociais	9	3.141
Contas a pagar - Cooperativa	10	52.686
Impostos e Contribuições a Recolher	11	837.377
Impostos parcelados		211.582
Outras Contas a Pagar		23.990
Contas a Pagar PRJ	12	2.627.440
Passivo de Arrendamentos		46
Total do passivo circulante		3.831.310
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos		-
Contas a pagar - Cooperativa	10	67.476
Provisão para Contingências	13	44.922
Passivo Fiscal Diferido		616
Partes Relacionadas - Passivo	14	293.863
Impostos e Contribuições a Recolher		-
Provisão para perdas em investimentos	7	-
Total do passivo não circulante		406.876
Capital Social	15	57.733
Reserva de Capital		7.519
Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Prejuízos Acumulados		(2.190.596)
Total do patrimônio líquido		(2.115.148)
Total do passivo		4.238.186
Total do passivo e patrimônio líquido		2.123.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	31/08/2024	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	16	-	-
Impostos Indicentes Sobre Vendas		-	-
Receita líquida de vendas		-	-
Varição do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Lucro (prejuízo) bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	17	(19.459)	(46.243)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		7.456	500.309
Total das despesas operacionais		(12.003)	454.066
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(12.003)	454.066
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(19)	1.246
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		(12.021)	455.313
Resultado financeiro	18		
Receitas Financeiras		0	20
Despesas Financeiras		(1.989)	(7.704)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		1.658	(131.066)
Resultado financeiro líquido		(331)	(138.749)
IRPJ / CSLL - Diferido		-	367.074
Lucro (prejuízo) do período		(12.353)	683.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE

	31/08/2024	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(12.353)	683.638
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	(12.353)	683.638

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios societários de 4 (quatro) meses findos em 31 de agosto de 2024
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2024	48.680	7.519	10.196	(2.874.233)	(2.807.838)
Integralização de capital	9.053				9.053
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	683.638	683.638
Em 31 de agosto de 2024	<u>57.733</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.190.596)</u>	<u>(2.115.148)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	57.733	7.519	10.196	(2.190.596)	(2.115.148)
--	--------	-------	--------	-------------	-------------

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	31/08/2024	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(12.353)	683.638
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	19	(1.246)
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Impostos diferidos	-	-
Transferência para o Ativo Circulante	-	-
Variação no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalência patrimonial	0	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Ganho de Capital na avaliação de bens do imobilizado	-	1.056.693
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	470	915
	(11.864)	1.739.999
Variação nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber	22	8
Estoques	1.336	1.383
Adiantamentos a fornecedores	(1.498)	(2.727)
Outros créditos	90.185	369.045
Ativos e passivos fiscais diferidos	(0)	866
Fornecedores	(3.019)	(15.064)
Salários e encargos sociais	(47)	325
Depósitos Judiciais	-	12
Impostos e contribuições a recolher	1.875	(1.294.299)
Outras contas a pagar	91	(3.938)
Contas a Pagar PRJ	(36.498)	325.879
Partes relacionadas	24	(15.024)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	40.607	1.106.466
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	(1.065.834)	(1.066.013)
Integralização de capital e investida	1.065.746	9.053
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(88)	(1.056.960)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	40.518	49.506
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	52.457	52.457
No início do período	11.939	2.952
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	40.518	49.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
Valores em Milhares de Reais*

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 2,00 (Dois reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.075/24-0 de 19 de julho de 2024;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS URBANOS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 626.696,00 (Seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.503/24-5 de 31 de agosto de 2024;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
Valores em Milhares de Reais*

capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE I LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 216.117.015,00 (Duzentos e dezesseis milhões, cento e dezessete mil e quinze reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.502/24-1 de 31 de agosto de 2024;

- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE II LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 6.190.496,00 (Seis milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.458/24-4 de 19 de julho de 2024;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA CATANDUVA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 238.642.188,00 (Duzentos e trinta e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e oito reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.083/24-8 de 22 de julho de 2024;
- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
Valores em Milhares de Reais*

EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA ITAPIRA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 124.127.671,00 (Cento e vinte e quatro milhões, cento e vinte sete mil, seiscentos e setenta e um reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 284.283/24-1 de 24 de julho de 2024;

- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.
Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA JOSÉ BONIFÁCIO LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 269.299.127,00 (Duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e vinte e sete reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.459/24-8 de 19 de julho de 2024, e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.
Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA MONÇÕES LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 210.742.394,00 (Duzentos e dez milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.095/24-0 de 19 de julho de 2024.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 4 (quatro) meses findos em 31 de agosto de 2024.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia,

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
Valores em Milhares de Reais*

apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, a parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 13 de março de 2024, foi deferido e reestabelecido o Plano de Recuperação Judicial.

Em 17 de Junho de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 58.086.573,31 (Cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), recursos utilizados para pagamentos da 1ª Parcela nos dias 19 e 20 de junho de FGTS, Contribuição Social LC 110/01, Demais Débitos Federais e Débitos Previdenciários, conforme o acordo de parcelamento tributário que foi firmado em 01 de fevereiro de 2023, “ Termo de Transação Individual “ entre as recuperandas e a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acordo consolidado dia 18 de junho de 2024, a 2ª Parcela do “ Termo de Transação Individual “, vencerá em 30/06/2025.

A parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

A situação atual das empresas: as unidades operacionais do GVO (Itapira, Jose Bonifácio e Monções) não estão em operação, na segunda quinzena de abril de 2024 a unidade de Ariranha, iniciou suas atividades da safra 2024/2025 e tem previsão de término no início de dezembro de 2024.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
Valores em Milhares de Reais

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o

montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
Valores em Milhares de Reais*

5 Impostos a recuperar

	31/08/2024
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.869
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	17.466
Outros	7.585
	84.919

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	31/08/2024
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	33.000
Empréstimos compulsórios	2.719
Demais contas a receber	908
	36.627
Ativo circulante	33.563
Ativo não circulante	3.064
	36.627

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65.

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	31/08/2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuaria Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	778.943

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
Valores em Milhares de Reais

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída *(estão sendo apresentados em Reais – R\$)* conforme segue:

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430	(1.430)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	894	(894)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316	(316)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.241	(94.241)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	282	(282)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230	(230)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26	(26)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba IPC90	26	(26)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas	87	(87)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas IPC90	87	(87)
Banco Bradesco S.A.	285	(285)
Banco Fenicia S.A.	2	(2)
Banco Nacional S.A.	3.344	(3.344)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000	(50.000)
Embraer S.A.	13.446	(13.446)
Condecrer S.A.	25.177	(25.177)
FISET PESCA SUDEPE	654	(654)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.656	(47.656)
Fundo de Investimentos Setoriais FISET - PESCA	14.455	(14.455)
Hospital São Domingos S.A.	2.491	(2.491)
Pagrisa Pastoral Agrícola S.A.	1.222	(1.222)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057	(3.057)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.328	(19.328)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.125	(1.125)
Cooperativa de Mococa	582	(582)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119	(1.119)
	281.562	(281.562)

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
Valores em Milhares de Reais*

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

Descrição	31/08/2024			31/07/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	237.139	(0)	237.139	237.139
Edifícios e benfeitorias	92.185	(54.935)	37.250	36.276
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	382.011	(277.034)	104.977	104.977
Móveis e utensílios	9.182	(7.713)	1.469	1.469
Obras em andamento	15.812	-	15.812	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	692.215	-	692.215	692.215
Outras imobilizações	18.288	(17.611)	677	1.582
	1.446.832	(357.292)	1.089.540	1.089.470

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	31/07/2024	Adições	Depreciações	Baixas / Reclassif.	31/08/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	237.139	-	-	-	237.139
Edifícios e benfeitorias	36.276	-	(14)	988	37.250
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	104.977	-	-	-	104.977
Móveis e utensílios	1.469	-	-	-	1.469
Obras em andamento	15.812	-	-	-	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	692.215	-	-	-	692.215
Outras imobilizações	1.582	88	(5)	(988)	677
	1.089.470	88	(19)	0	1.089.540

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

Descrição	31/08/2024			31/07/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	11.189	(8.914)	2.276	1.301
Outras imobilizações	8.880	(8.778)	102	1.092
	20.069	(17.692)	2.378	2.393

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
 Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Baixas/ Reclassif.	Saldo em
	31/07/2024	Adições	Depreciações		31/08/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	1.301	-	(14)	988	2.276
Outras imobilizações	1.092	-	(2)	(988)	102
	2.393	-	(16)	0	2.378

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool:

Descrição	31/08/2024			31/07/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	108	(74)	33	33
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	74	-	74	74
Móveis e utensílios	19	(1)	18	18
Obras em andamento	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
Outras imobilizações	420	-	420	332
	621	(75)	546	457

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Baixas	Saldo em
	31/07/2024	Adições	Depreciações		31/08/2024
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	33	-	-	-	33
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	74	-	-	-	74
Móveis e utensílios	18	-	-	-	18
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	332	88	-	-	420
	457	88	-	-	546

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	31/08/2024			31/07/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
	-	-	-	-

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/07/2024				31/08/2024
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

Descrição	31/08/2024			31/07/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.631	(0)	4.631	4.631
Edifícios e benfeitorias	13.576	(13.300)	276	276
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	15.751	-	15.751	15.751
Outras imobilizações	8.862	(8.744)	118	121
	42.915	(22.044)	20.871	20.874

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/07/2024				31/08/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.631	-	-	-	4.631
Edifícios e benfeitorias	276	-	-	-	276
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	15.751	-	-	-	15.751
Outras imobilizações	121	-	(3)	-	118
	20.874	-	(3)	-	20.871

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Na UPI Usina Catanduva Ltda

Descrição	31/08/2024			31/07/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	1.285	-	1.285	1.285
Edifícios e benfeitorias	11.606	(4.995)	6.611	6.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	36.948	(30.063)	6.884	6.884
Móveis e utensílios	4.953	(3.967)	986	986
Obras em andamento	7.357	-	7.357	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	215.483	215.483
Outras imobilizações	125	(89)	37	37
	277.756	(39.114)	238.642	238.642

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/07/2024				31/08/2024
Terrenos e propriedades	1.285	-	-	-	1.285
Edifícios e benfeitorias	6.611	-	-	-	6.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	6.884	-	-	-	6.884
Móveis e utensílios	986	-	-	-	986
Obras em andamento	7.357	-	-	-	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	-	-	215.483
Outras imobilizações	37	-	-	-	37
	238.642	-	-	-	238.642

Na UPI Usina Itapira Ltda

Descrição	31/08/2024			31/07/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	7.759	(5.911)	1.848	1.848
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	24.315	(18.463)	5.852	5.852
Móveis e utensílios	1.446	(1.094)	352	352
Obras em andamento	5.419	-	5.419	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	110.657	110.657
Outras imobilizações	-	-	-	-
	149.595	(25.468)	124.128	124.128

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
 Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em 31/08/2024
	31/07/2024	Adições	Depreciações	Baixas	
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	1.848	-	-	-	1.848
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	5.852	-	-	-	5.852
Móveis e utensílios	352	-	-	-	352
Obras em andamento	5.419	-	-	-	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	-	-	110.657
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
	124.128	-	-	-	124.128

Na UPI Usina José Bonifácio Ltda

Descrição	31/08/2024			31/07/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	2.980	-	2.980	2.980
Edifícios e benfeitorias	29.366	(15.183)	14.184	14.184
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	183.268	(132.920)	50.348	50.348
Móveis e utensílios	1.462	(1.413)	48	48
Obras em andamento	2.462	-	2.462	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	199.277	199.277
Outras imobilizações	0	-	0	0
	418.815	(149.516)	269.299	269.299

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em 31/08/2024
	31/07/2024	Adições	Depreciações	Baixas	
Terrenos e propriedades	2.980	-	-	-	2.980
Edifícios e benfeitorias	14.184	-	-	-	14.184
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	50.348	-	-	-	50.348
Móveis e utensílios	48	-	-	-	48
Obras em andamento	2.462	-	-	-	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	-	-	199.277
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	269.299	-	-	-	269.299

Na UPI Usina Monções Ltda

Descrição	31/08/2024			31/07/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	5.936	-	5.936	5.936
Edifícios e benfeitorias	17.954	(6.558)	11.396	11.396
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	137.407	(95.588)	41.819	41.819
Móveis e utensílios	1.302	(1.238)	64	64
Obras em andamento	480	-	480	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	151.048	151.048
Outras imobilizações	0	-	0	0
	314.126	(103.384)	210.742	210.742

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
 Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/07/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/08/2024
Terrenos e propriedades	5.936	-	-	-	5.936
Edifícios e benfeitorias	11.396	-	-	-	11.396
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	41.819	-	-	-	41.819
Móveis e utensílios	64	-	-	-	64
Obras em andamento	480	-	-	-	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	-	-	151.048
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	210.742	-	-	-	210.742

Na UPI Terras Prte I Ltda

Descrição	31/08/2024			31/07/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	216.117	-	216.117	216.117
	216.117	-	216.117	216.117

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/07/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/08/2024
Terrenos e propriedades	216.117	-	-	-	216.117
	216.117	-	-	-	216.117

Na UPI Terras Prte II Ltda

Descrição	31/08/2024			31/07/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	6.190	-	6.190	6.190
	6.190	-	6.190	6.190

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/07/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/08/2024
Terrenos e propriedades	6.190	-	-	-	6.190
	6.190	-	-	-	6.190

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Na UPI Imóveis Ltda

Descrição	31/08/2024			31/07/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	0	-	0	0
	0	-	0	0

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/07/2024				31/08/2024
Edifícios e benfeitorias	0	-	-	-	0
	0	-	-	-	0

Na UPI Imóveis Urbanos Ltda

Descrição	31/08/2024			31/07/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	627	-	627	627
	627	-	627	627

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/07/2024				31/08/2024
Edifícios e benfeitorias	627	-	-	-	627
	627	-	-	-	627

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	31/08/2024
Salários e honorários e encargos a pagar	1.091
Provisão de férias e encargos	1.328
Provisão para 13 salário e encargos	723
	3.142

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
Valores em Milhares de Reais*

de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	31/08/2024
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	33.738
Parcelamentos tributários	5.675
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	31.656
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	(7.731)
Total	120.162
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	67.476
	120.162

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 10,50% % a.a.

11 Impostos e contribuições a recolher

	31/08/2024
Tributos Estaduais	747.234
Tributos Federais	18.449
Tributos Municipais	23.489
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	41.661
Tributos Sindicais	6.546
	837.377

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
Valores em Milhares de Reais*

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	31/08/2024
Credores Classe I - Trabalhistas	248.300
Credores Classe II - Com garantias	244.397
Credores Classe III - Quirografários	2.098.760
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	13.568
Credores Extraconcursais	22.415
	2.627.440

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 44.922, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	31/08/2024
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	186.730
Hermelindo Ruete de Oliveira	86.914
Virgolino de Oliveira Filho	20.219
	293.863

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
 Valores em Milhares de Reais

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em recuperação judicial	Percentual de		Parcelas eliminadas na Consolidação	Parcelas de acionistas
	Capital Social	participação das Pessoas Físicas		
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	238.643	0,0000%	238.643	-
UPI Usina Itapira Ltda.	124.129	0,0000%	124.129	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	269.300	0,0000%	269.300	-
UPI Usina Monções Ltda.	210.743	0,0000%	210.743	-
UPI Terras Parte I Ltda.	216.118	3,8990%	207.691	8.427
UPI Terras Parte II Ltda.	6.191	0,0000%	6.191	0
UPI Imóveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imóveis Urbanos Ltda.	628	99,9600%	0	627
	2.400.349		2.342.616	57.733

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Para o período, não houve vendas.

17 Despesas gerais e administrativas

	31/08/2024
Despesas com pessoal	4.778
Serviços de terceiros	36.642
Taxas e tributos	870
Diversos	3.952
	<u>46.243</u>

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2024
Valores em Milhares de Reais*

18 Resultado financeiro

	31/08/2024
Receitas financeiras	
Outras operações	20
	20
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher / Outros	(7.704)
	(7.704)
Variações cambiais líquidas	(131.066)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas do Plano de Recuperação Judicial	-
Resultado financeiro líquido	(138.749)


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações Financeiras em
30 de setembro de 2024

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial

Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2024.

Ariranha (SP), 25 de outubro de 2024.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO

Circulante	Nota	30/09/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		46.049
Contas a Receber	3	2.747
Estoques	4	3.910
Impostos a Recuperar	5	84.376
Contas a Receber - Cooperativa		-
Adiantamentos a Fornecedores		27.609
Ativo Biológico		-
Outros Créditos	6	32.289
Total do ativo circulante		196.979
Não Circulante		
Depósitos Judiciais		29.446
Outros Créditos	6	3.132
Ativo Fiscal Diferido		15.303
Partes Relacionadas - Ativo		-
Total do realizável a longo prazo		47.880
Investimentos	7	778.943
Imobilizado	8	
Custo		1.446.969
Depreciação Acumulada		(357.311)
Direito de Uso		46
		<u>1.868.647</u>
Total do ativo não circulante		1.916.528
Total do ativo		2.113.507

PASSIVO

Circulante	Nota	30/09/2024
Fornecedores		27.056
Empréstimos e Financiamentos		47.940
Salários a Pagar e Encargos Sociais	9	3.239
Contas a pagar - Cooperativa	10	52.686
Impostos e Contribuições a Recolher	11	838.793
Impostos parcelados		212.181
Outras Contas a Pagar		22.652
Contas a Pagar PRJ	12	2.575.322
Passivo de Arrendamentos		46
Total do passivo circulante		3.779.914
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos		-
Contas a pagar - Cooperativa	10	67.691
Provisão para Contingências	13	44.799
Passivo Fiscal Diferido		616
Partes Relacionadas - Passivo	14	293.863
Impostos e Contribuições a Recolher		378
Provisão para perdas em investimentos	7	-
Total do passivo não circulante		407.347
Capital Social	15	57.733
Reserva de Capital		7.519
Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Prejuízos Acumulados		(2.149.202)
Total do patrimônio líquido		(2.073.754)
Total do passivo		4.187.261
Total do passivo e patrimônio líquido		2.113.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	30/09/2024	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	16	-	-
Impostos Indicentes Sobre Vendas		-	-
Receita líquida de vendas		-	-
Varição do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Lucro (prejuízo) bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	17	(4.440)	(50.683)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		(14.066)	486.243
Total das despesas operacionais		(18.506)	435.561
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(18.506)	435.561
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(18)	1.228
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		(18.524)	436.788
Resultado financeiro	18		
Receitas Financeiras		68	89
Despesas Financeiras		(1.936)	(9.640)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		61.786	(69.280)
Resultado financeiro líquido		59.918	(78.831)
IRPJ / CSLL - Diferido		-	367.074
Lucro (prejuízo) do período		41.394	725.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE

	30/09/2024	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	41.394	725.031
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	41.394	725.031

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios societários de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2024	48.680	7.519	10.196	(2.874.233)	(2.807.838)
Integralização de capital	9.053				9.053
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	725.031	725.031
Em 30 de setembro de 2024	<u>57.733</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.149.202)</u>	<u>(2.073.754)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	30/09/2024	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	41.394	725.031
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	18	(1.228)
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Impostos diferidos	-	-
Transferência para o Ativo Circulante	-	-
Varição no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalência patrimonial	(0)	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Ganho de Capital na avaliação de bens do imobilizado	16.307	1.073.000
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	416	1.330
	58.135	1.798.134
Varição nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber	528	536
Estoques	315	1.698
Adiantamentos a fornecedores	2.076	(651)
Outros créditos	314	369.359
Ativos e passivos fiscais diferidos	(0)	866
Fornecedores	(467)	(15.531)
Salários e encargos sociais	98	423
Depósitos Judiciais	-	12
Impostos e contribuições a recolher	2.014	(1.292.285)
Outras contas a pagar	(868)	(4.806)
Contas a Pagar PRJ	(52.118)	273.761
Partes relacionadas	(0)	(15.024)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10.027	1.116.493
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	(1.082.189)	(1.082.457)
Integralização de capital e investida	1.065.746	9.053
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(16.444)	(1.073.404)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(6.417)	43.089
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	46.041	46.041
No início do período	52.457	2.952
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(6.417)	43.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 2,00 (Dois reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.075/24-0 de 19 de julho de 2024;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS URBANOS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 626.696,00 (Seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.503/24-5 de 30 de setembro de 2024;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE I LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 216.117.015,00 (Duzentos e dezesseis milhões, cento e dezessete mil e quinze reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.502/24-1 de 30 de setembro de 2024;

- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE II LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 6.190.496,00 (Seis milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.458/24-4 de 19 de julho de 2024;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA CATANDUVA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 238.642.188,00 (Duzentos e trinta e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e oito reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.083/24-8 de 22 de julho de 2024;
- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA ITAPIRA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 124.127.671,00 (Cento e vinte e quatro milhões, cento e vinte sete mil, seiscentos e setenta e um reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 284.283/24-1 de 24 de julho de 2024;

- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.
Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA JOSÉ BONIFÁCIO LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 269.299.127,00 (Duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e vinte e sete reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.459/24-8 de 19 de julho de 2024, e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.
Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA MONÇÕES LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 210.742.394,00 (Duzentos e dez milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.095/24-0 de 19 de julho de 2024.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 5 (cinco) meses findos em 30 de setembro de 2024.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia,

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, a parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 13 de março de 2024, foi deferido e reestabelecido o Plano de Recuperação Judicial.

Em 17 de Junho de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 58.086.573,31 (Cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), recursos utilizados para pagamentos da 1ª Parcela nos dias 19 e 20 de junho de FGTS, Contribuição Social LC 110/01, Demais Débitos Federais e Débitos Previdenciários, conforme o acordo de parcelamento tributário que foi firmado em 01 de fevereiro de 2023, “ Termo de Transação Individual “ entre as recuperandas e a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acordo consolidado dia 18 de junho de 2024, a 2ª Parcela do “ Termo de Transação Individual “, vencerá em 30/06/2025.

A parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

A situação atual das empresas: as unidades operacionais do GVO (Itapira, Jose Bonifácio e Monções) não estão em operação, na segunda quinzena de abril de 2024 a unidade de Ariranha, iniciou suas atividades da safra 2024/2025 e tem previsão de término no início de dezembro de 2024.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o

montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

5 Impostos a recuperar

	30/09/2024
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.916
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	16.801
Outros	7.659
	84.376

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	30/09/2024
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	31.616
Empréstimos compulsórios	2.788
Demais contas a receber	1.018
	35.421
Ativo circulante	32.289
Ativo não circulante	3.132
	35.421

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65.

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	30/09/2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuaria Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	778.943

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída *(estão sendo apresentados em Reais – R\$)* conforme segue:

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430	(1.430)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	894	(894)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316	(316)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.241	(94.241)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	282	(282)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230	(230)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26	(26)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba IPC90	26	(26)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas	87	(87)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas IPC90	87	(87)
Banco Bradesco S.A.	285	(285)
Banco Fenicia S.A.	2	(2)
Banco Nacional S.A.	3.344	(3.344)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000	(50.000)
Embraer S.A.	13.446	(13.446)
Condecrer S.A.	25.177	(25.177)
FISET PESCA SUDEPE	654	(654)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.656	(47.656)
Fundo de Investimentos Setoriais FISET - PESCA	14.455	(14.455)
Hospital São Domingos S.A.	2.491	(2.491)
Pagrisa Pastoral Agrícola S.A.	1.222	(1.222)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057	(3.057)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.328	(19.328)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.125	(1.125)
Cooperativa de Mococa	582	(582)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119	(1.119)
	281.562	(281.562)

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

Descrição	30/09/2024			31/08/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	252.890	0	252.890	237.139
Edifícios e benfeitorias	92.185	(54.949)	37.236	37.250
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	382.132	(277.034)	105.098	104.977
Móveis e utensílios	9.182	(7.713)	1.469	1.469
Obras em andamento	15.916	-	15.916	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	676.464	-	676.464	692.215
Outras imobilizações	18.201	(17.615)	586	677
	1.446.969	(357.311)	1.089.658	1.089.540

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	31/08/2024	Adições	Depreciações	Baixas / Reclassif.	30/09/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	237.139	-	-	15.751	252.890
Edifícios e benfeitorias	37.250	-	(14)	-	37.236
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	104.977	121	-	-	105.098
Móveis e utensílios	1.469	-	-	-	1.469
Obras em andamento	15.812	16	-	87	15.916
Mais valia - Ganho de capital de bens	692.215	-	-	(15.751)	676.464
Outras imobilizações	677	-	(5)	(87)	586
	1.089.540	137	(18)	(0)	1.089.658

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

Descrição	30/09/2024			31/08/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	11.189	(8.928)	2.262	2.276
Outras imobilizações	8.880	(8.780)	100	102
	20.069	(17.707)	2.362	2.378

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Baixas/ Reclassif.	Saldo em
	31/08/2024	Adições	Depreciações		30/09/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	2.276	-	(14)	-	2.262
Outras imobilizações	102	-	(2)	-	100
	2.378	-	(16)	-	2.362

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool:

Descrição	30/09/2024			31/08/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	108	(74)	33	33
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	195	-	195	74
Móveis e utensílios	19	(1)	18	18
Obras em andamento	103	-	103	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
Outras imobilizações	333	-	333	420
	758	(75)	683	546

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Baixas	Saldo em
	31/08/2024	Adições	Depreciações		30/09/2024
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	33	-	-	-	33
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	74	121	-	-	195
Móveis e utensílios	18	-	-	-	18
Obras em andamento	-	16	-	87	103
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	420	-	-	(87)	333
	546	137	-	(0)	683

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	30/09/2024			31/08/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
	-	-	-	-

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/08/2024				30/09/2024
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

Descrição	30/09/2024			31/08/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.075	0	4.075	4.631
Edifícios e benfeitorias	13.576	(13.300)	276	276
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	15.751
Outras imobilizações	8.862	(8.747)	115	118
	26.608	(22.047)	4.561	20.871

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/08/2024				30/09/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.631	-	-	(556)	4.075
Edifícios e benfeitorias	276	-	-	-	276
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	15.751	-	-	(15.751)	-
Outras imobilizações	118	-	(3)	-	115
	20.871	-	(3)	(16.307)	4.561

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Na UPI Usina Catanduva Ltda

Descrição	30/09/2024			31/08/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	16.771	-	16.771	1.285
Edifícios e benfeitorias	11.606	(4.995)	6.611	6.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	36.948	(30.063)	6.884	6.884
Móveis e utensílios	4.953	(3.967)	986	986
Obras em andamento	7.357	-	7.357	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	215.483	215.483
Outras imobilizações	125	(89)	37	37
	293.243	(39.114)	254.129	238.642

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/08/2024				30/09/2024
Terrenos e propriedades	1.285	-	-	15.486	16.771
Edifícios e benfeitorias	6.611	-	-	-	6.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	6.884	-	-	-	6.884
Móveis e utensílios	986	-	-	-	986
Obras em andamento	7.357	-	-	-	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	-	-	215.483
Outras imobilizações	37	-	-	-	37
	238.642	-	-	15.486	254.129

Na UPI Usina Itapira Ltda

Descrição	30/09/2024			31/08/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	820	-	820	-
Edifícios e benfeitorias	7.759	(5.911)	1.848	1.848
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	24.315	(18.463)	5.852	5.852
Móveis e utensílios	1.446	(1.094)	352	352
Obras em andamento	5.419	-	5.419	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	110.657	110.657
Outras imobilizações	(0)	-	(0)	-
	150.416	(25.468)	124.948	124.128

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	31/08/2024	Adições	Depreciações	Baixas	
Terrenos e propriedades	-	-	-	820	820
Edifícios e benfeitorias	1.848	-	-	-	1.848
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	5.852	-	-	-	5.852
Móveis e utensílios	352	-	-	-	352
Obras em andamento	5.419	-	-	-	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	-	-	110.657
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
	124.128	-	-	820	124.948

Na UPI Usina José Bonifácio Ltda

Descrição	30/09/2024			31/08/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	2.980	-	2.980	2.980
Edifícios e benfeitorias	29.366	(15.183)	14.184	14.184
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	183.268	(132.920)	50.348	50.348
Móveis e utensílios	1.462	(1.413)	48	48
Obras em andamento	2.462	-	2.462	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	199.277	199.277
Outras imobilizações	0	-	0	0
	418.815	(149.516)	269.299	269.299

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	31/08/2024	Adições	Depreciações	Baixas	
Terrenos e propriedades	2.980	-	-	-	2.980
Edifícios e benfeitorias	14.184	-	-	-	14.184
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	50.348	-	-	-	50.348
Móveis e utensílios	48	-	-	-	48
Obras em andamento	2.462	-	-	-	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	-	-	199.277
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	269.299	-	-	-	269.299

Na UPI Usina Monções Ltda

Descrição	30/09/2024			31/08/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	5.936	-	5.936	5.936
Edifícios e benfeitorias	17.954	(6.558)	11.396	11.396
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	137.407	(95.588)	41.819	41.819
Móveis e utensílios	1.302	(1.238)	64	64
Obras em andamento	480	-	480	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	151.048	151.048
Outras imobilizações	0	-	0	0
	314.126	(103.384)	210.742	210.742

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/08/2024				30/09/2024
Terrenos e propriedades	5.936	-	-	-	5.936
Edifícios e benfeitorias	11.396	-	-	-	11.396
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	41.819	-	-	-	41.819
Móveis e utensílios	64	-	-	-	64
Obras em andamento	480	-	-	-	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	-	-	151.048
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	210.742	-	-	-	210.742

Na UPI Terras Prte I Ltda

Descrição	30/09/2024			31/08/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	216.117	-	216.117	216.117
	216.117	-	216.117	216.117

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/08/2024				30/09/2024
Terrenos e propriedades	216.117	-	-	-	216.117
	216.117	-	-	-	216.117

Na UPI Terras Prte II Ltda

Descrição	30/09/2024			31/08/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	6.190	-	6.190	6.190
	6.190	-	6.190	6.190

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/08/2024				30/09/2024
Terrenos e propriedades	6.190	-	-	-	6.190
	6.190	-	-	-	6.190

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Na UPI Imóveis Ltda

Descrição	30/09/2024			31/08/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	0	-	0	0
	0	-	0	0

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/08/2024				30/09/2024
Edifícios e benfeitorias	0	-	-	-	0
	0	-	-	-	0

Na UPI Imóveis Urbanos Ltda

Descrição	30/09/2024			31/08/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	627	-	627	627
	627	-	627	627

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/08/2024				30/09/2024
Edifícios e benfeitorias	627	-	-	-	627
	627	-	-	-	627

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	30/09/2024
Salários e honorários e encargos a pagar	1.280
Provisão de férias e encargos	1.279
Provisão para 13 salário e encargos	680
	3.239

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	30/09/2024
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	33.738
Parcelamentos tributários	5.675
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	31.656
Ajuste de AVP em dívidas de longo prazo	(7.515)
Total	120.378
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	67.691
	120.378

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 10,65% a.a.

A companhia está aguardando a posição dos saldos junto à cooperativa para realizar os ajustes necessários. Não recebemos esses relatórios desde maio de 2019.

11 Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2024
Tributos Estaduais	747.264
Tributos Federais	19.777
Tributos Municipais	23.537
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	41.662
Tributos Sindicais	6.552
	838.793

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	30/09/2024
Credores Classe I - Trabalhistas	257.583
Credores Classe II - Com garantias	240.951
Credores Classe III - Quirografários	2.041.562
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	13.468
Credores Extraconcursais	21.759
	2.575.322

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 44.799, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	30/09/2024
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	186.730
Hermelindo Ruete de Oliveira	86.914
Virgolino de Oliveira Filho	20.219
	293.863

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em recuperação judicial	Percentual de		Parcelas	Parcelas de
	Capital Social	participação das Pessoas Físicas	eliminadas na Consolidação	acionistas Pessoas Físicas
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	254.130	0,0000%	254.130	-
UPI Usina Itapira Ltda.	124.949	0,0000%	124.949	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	269.300	0,0000%	269.300	-
UPI Usina Monções Ltda.	210.743	0,0000%	210.743	-
UPI Terras Parte I Ltda.	216.118	3,8990%	207.691	8.427
UPI Terras Parte II Ltda.	6.191	0,0000%	6.191	0
UPI Imoveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Urbanos Ltda.	628	99,9600%	0	627
	2.416.656		2.358.923	57.733

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Para o período, não houve vendas.

17 Despesas gerais e administrativas

	30/09/2024
Despesas com pessoal	5.933
Serviços de terceiros	38.717
Taxas e tributos	962
Diversos	5.070
	50.683

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

18 Resultado financeiro

	30/09/2024
Receitas financeiras	
Outras operações	89
	89
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher / Outros	(9.640)
	(9.640)
Variações cambiais líquidas	(69.280)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas do Plano de Recuperação Judicial	-
Resultado financeiro líquido	(78.831)



CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34



GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações Financeiras em
31 de outubro de 2024

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial

Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2024.

Ariranha (SP), 23 de novembro de 2024.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO			PASSIVO		
Circulante	Nota	31/10/2024	Circulante	Nota	31/10/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		41.122	Fornecedores		28.261
Contas a Receber	3	3.987	Empréstimos e Financiamentos		48.429
Estoques	4	4.006	Salários a Pagar e Encargos Sociais	9	3.001
Impostos a Recuperar	5	83.681	Contas a pagar - Cooperativa	10	52.686
Contas a Receber - Cooperativa		-	Impostos e Contribuições a Recolher	11	840.157
Adiantamentos a Fornecedores		27.568	Impostos parcelados		212.175
Ativo Biológico		-	Outras Contas a Pagar		21.338
Outros Créditos	6	32.369	Contas a Pagar PRJ	12	2.669.811
Total do ativo circulante		192.732	Passivo de Arrendamentos		46
Não Circulante			Total do passivo circulante		3.875.905
Depósitos Judiciais		29.556	Não Circulante		
Outros Créditos	6	3.146	Empréstimos e Financiamentos		-
Ativo Fiscal Diferido		15.303	Contas a pagar - Cooperativa	10	67.916
Partes Relacionadas - Ativo		-	Provisão para Contingências	13	43.155
Total do realizável a longo prazo		48.005	Passivo Fiscal Diferido		616
Investimentos	7	778.943	Partes Relacionadas - Passivo	14	293.863
Imobilizado	8		Impostos e Contribuições a Recolher		345
Custo		1.448.119	Provisão para perdas em investimentos	7	-
Depreciação Acumulada		(357.329)	Total do passivo não circulante		405.894
Direito de Uso		46	Capital Social	15	57.733
		1.869.778	Reserva de Capital		7.519
Total do ativo não circulante		1.917.783	Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Total do ativo		2.110.515	Prejuízos Acumulados		(2.246.732)
			Total do patrimônio líquido		(2.171.284)
			Total do passivo		4.281.799
			Total do passivo e patrimônio líquido		2.110.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	31/10/2024	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	16	-	-
Impostos Indicentes Sobre Vendas		-	-
Receita líquida de vendas		-	-
Varição do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Lucro (prejuízo) bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	17	(5.509)	(56.191)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		6.906	493.149
Total das despesas operacionais		1.398	436.958
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		1.398	436.958
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(18)	1.209
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		1.379	438.167
Resultado financeiro	18		
Receitas Financeiras		51	140
Despesas Financeiras		(1.041)	(10.681)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		(97.919)	(167.199)
Resultado financeiro líquido		(98.909)	(177.740)
IRPJ / CSLL - Diferido		-	367.074
Lucro (prejuízo) do período		(97.530)	627.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE

	31/10/2024	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(97.530)	627.501
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	(97.530)	627.501

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios societários de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2024	48.680	7.519	10.196	(2.874.233)	(2.807.838)
Integralização de capital	9.053				9.053
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	627.501	627.501
Em 31 de outubro de 2024	<u>57.733</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.246.732)</u>	<u>(2.171.284)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	31/10/2024	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(97.530)	627.501
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	18	(1.209)
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Impostos diferidos	-	-
Transferência para o Ativo Circulante	-	-
Varição no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalencia patrimonial	-	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Ganho de Capital na avaliação de bens do imobilizado	-	1.073.000
Juros e variações monetarias e cambiais líquidas	490	1.820
	(97.022)	1.701.112
Varição nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber	(1.240)	(703)
Estoques	(96)	1.602
Adiantamentos a fornecedores	(185)	(836)
Outros créditos	717	370.076
Ativos e passivos fiscais diferidos	(0)	866
Fornecedores	1.438	(14.092)
Salários e encargos sociais	(238)	185
Depositos Judiciais	-	12
Impostos e contribuições a recolher	1.359	(1.290.926)
Outras contas a pagar	(3.000)	(7.806)
Contas a Pagar PRJ	94.489	368.250
Partes relacionadas	0	(15.024)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(3.777)	1.112.716
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	(1.083.202)	(1.083.606)
Integralização de capital e investida	1.082.052	9.053
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.149)	(1.074.553)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(4.926)	38.163
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	41.114	41.114
No início do período	46.041	2.952
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(4.926)	38.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 2,00 (Dois reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.075/24-0 de 19 de julho de 2024;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS URBANOS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 626.696,00 (Seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.503/24-5 de 31 de outubro de 2024;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE I LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 216.117.015,00 (Duzentos e dezesseis milhões, cento e dezessete mil e quinze reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.502/24-1 de 31 de outubro de 2024;

- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE II LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 6.190.496,00 (Seis milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.458/24-4 de 19 de julho de 2024;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA CATANDUVA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 238.642.188,00 (Duzentos e trinta e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e oito reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.083/24-8 de 22 de julho de 2024;
- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA ITAPIRA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 124.127.671,00 (Cento e vinte e quatro milhões, cento e vinte sete mil, seiscentos e setenta e um reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 284.283/24-1 de 24 de julho de 2024;

- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA JOSÉ BONIFÁCIO LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 269.299.127,00 (Duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e vinte e sete reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.459/24-8 de 19 de julho de 2024, e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA MONÇÕES LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 210.742.394,00 (Duzentos e dez milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.095/24-0 de 19 de julho de 2024.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 6 (seis) meses findos em 31 de outubro de 2024.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia,

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, a parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 13 de março de 2024, foi deferido e reestabelecido o Plano de Recuperação Judicial.

Em 17 de Junho de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 58.086.573,31 (Cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), recursos utilizados para pagamentos da 1ª Parcela nos dias 19 e 20 de junho de FGTS, Contribuição Social LC 110/01, Demais Débitos Federais e Débitos Previdenciários, conforme o acordo de parcelamento tributário que foi firmado em 01 de fevereiro de 2023, “ Termo de Transação Individual “ entre as recuperandas e a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acordo consolidado dia 18 de junho de 2024, a 2ª Parcela do “ Termo de Transação Individual “, vencerá em 30/06/2025.

A parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

A situação atual das empresas: as unidades operacionais do GVO (Itapira, Jose Bonifácio e Monções) não estão em operação, na segunda quinzena de abril de 2024 a unidade de Ariranha, iniciou suas atividades da safra 2024/2025 e tem previsão de término no início de dezembro de 2024.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o

montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

5 Impostos a recuperar

	31/10/2024
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	60.013
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	15.936
Outros	7.732
	83.681

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	31/10/2024
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	31.616
Empréstimos compulsórios	2.802
Demais contas a receber	1.097
	35.515
Ativo circulante	32.369
Ativo não circulante	3.146
	35.515

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65.

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	31/10/2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuaria Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	778.943

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (*estão sendo apresentados em Reais – R\$*) conforme segue:

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430	(1.430)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	894	(894)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316	(316)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.241	(94.241)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	282	(282)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230	(230)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26	(26)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba IPC90	26	(26)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas	87	(87)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas IPC90	87	(87)
Banco Bradesco S.A.	285	(285)
Banco Fenicia S.A.	2	(2)
Banco Nacional S.A.	3.344	(3.344)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000	(50.000)
Embraer S.A.	13.446	(13.446)
Condecrer S.A.	25.177	(25.177)
FISET PESCA SUDEPE	654	(654)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.656	(47.656)
Fundo de Investimentos Setoriais FISET - PESCA	14.455	(14.455)
Hospital São Domingos S.A.	2.491	(2.491)
Pagrisa Pastoral Agrícola S.A.	1.222	(1.222)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057	(3.057)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.328	(19.328)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.125	(1.125)
Cooperativa de Mococa	582	(582)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119	(1.119)
	281.562	(281.562)

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

Descrição	31/10/2024			30/09/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	252.890	0	252.890	252.890
Edifícios e benfeitorias	92.185	(54.962)	37.222	37.236
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	383.145	(277.034)	106.111	105.098
Móveis e utensílios	9.186	(7.713)	1.474	1.469
Obras em andamento	16.047	-	16.047	15.916
Mais valia - Ganho de capital de bens	676.464	-	676.464	676.464
Outras imobilizações	18.201	(17.620)	581	586
	1.448.119	(357.329)	1.090.789	1.089.658

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	30/09/2024	Adições	Depreciações	Baixas / Reclassif.	31/10/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	252.890	-	0	-	252.890
Edifícios e benfeitorias	37.236	-	(14)	-	37.222
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	105.098	1.013	-	-	106.111
Móveis e utensílios	1.469	5	-	-	1.474
Obras em andamento	15.916	132	-	-	16.047
Mais valia - Ganho de capital de bens	676.464	-	-	-	676.464
Outras imobilizações	586	-	(5)	-	581
	1.089.658	1.149	(18)	-	1.090.789

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

Descrição	31/10/2024			30/09/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	11.189	(8.941)	2.248	2.262
Outras imobilizações	8.880	(8.781)	99	100
	20.069	(17.723)	2.347	2.362

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Baixas/ Reclassif.	Saldo em
	30/09/2024	Adições	Depreciações		31/10/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	2.262	-	(14)	-	2.248
Outras imobilizações	100	-	(2)	-	99
	2.362	-	(16)	-	2.347

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool:

Descrição	31/10/2024			30/09/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	108	(74)	33	33
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1.208	-	1.208	195
Móveis e utensílios	23	(1)	23	18
Obras em andamento	235	-	235	103
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
Outras imobilizações	333	-	333	333
	1.907	(75)	1.832	683

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Baixas	Saldo em
	30/09/2024	Adições	Depreciações		31/10/2024
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	33	-	-	-	33
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	195	1.013	-	-	1.208
Móveis e utensílios	18	5	-	-	23
Obras em andamento	103	132	-	-	235
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	333	-	-	-	333
	683	1.149	-	-	1.832

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	31/10/2024			30/09/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
	-	-	-	-

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	30/09/2024				31/10/2024
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

Descrição	31/10/2024			30/09/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.075	0	4.075	4.075
Edifícios e benfeitorias	13.576	(13.300)	276	276
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
Outras imobilizações	8.862	(8.750)	113	115
	26.608	(22.050)	4.558	4.561

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	30/09/2024				31/10/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.075	-	0	-	4.075
Edifícios e benfeitorias	276	-	(0)	-	276
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	115	-	(3)	-	113
	4.561	-	(3)	-	4.558

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Na UPI Usina Catanduva Ltda

Descrição	31/10/2024			30/09/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	16.771	-	16.771	16.771
Edifícios e benfeitorias	11.606	(4.995)	6.611	6.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	36.948	(30.063)	6.884	6.884
Móveis e utensílios	4.953	(3.967)	986	986
Obras em andamento	7.357	-	7.357	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	215.483	215.483
Outras imobilizações	125	(89)	37	37
	293.243	(39.114)	254.129	254.129

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	30/09/2024				31/10/2024
Terrenos e propriedades	16.771	-	-	-	16.771
Edifícios e benfeitorias	6.611	-	-	-	6.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	6.884	-	-	-	6.884
Móveis e utensílios	986	-	-	-	986
Obras em andamento	7.357	-	-	-	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	-	-	215.483
Outras imobilizações	37	-	-	-	37
	254.129	-	-	-	254.129

Na UPI Usina Itapira Ltda

Descrição	31/10/2024			30/09/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	820	-	820	820
Edifícios e benfeitorias	7.759	(5.911)	1.848	1.848
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	24.315	(18.463)	5.852	5.852
Móveis e utensílios	1.446	(1.094)	352	352
Obras em andamento	5.419	-	5.419	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	110.657	110.657
Outras imobilizações	(0)	-	(0)	(0)
	150.416	(25.468)	124.948	124.948

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/09/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/10/2024
Terrenos e propriedades	820	-	-	-	820
Edifícios e benfeitorias	1.848	-	-	-	1.848
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	5.852	-	-	-	5.852
Móveis e utensílios	352	-	-	-	352
Obras em andamento	5.419	-	-	-	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	-	-	110.657
Outras imobilizações	(0)	-	-	-	(0)
	124.948	-	-	-	124.948

Na UPI Usina José Bonifácio Ltda

Descrição	31/10/2024			30/09/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	2.980	-	2.980	2.980
Edifícios e benfeitorias	29.366	(15.183)	14.184	14.184
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	183.268	(132.920)	50.348	50.348
Móveis e utensílios	1.462	(1.413)	48	48
Obras em andamento	2.462	-	2.462	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	199.277	199.277
Outras imobilizações	0	-	0	0
	418.815	(149.516)	269.299	269.299

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/09/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/10/2024
Terrenos e propriedades	2.980	-	-	-	2.980
Edifícios e benfeitorias	14.184	-	-	-	14.184
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	50.348	-	-	-	50.348
Móveis e utensílios	48	-	-	-	48
Obras em andamento	2.462	-	-	-	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	-	-	199.277
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	269.299	-	-	-	269.299

Na UPI Usina Monções Ltda

Descrição	31/10/2024			30/09/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	5.936	-	5.936	5.936
Edifícios e benfeitorias	17.954	(6.558)	11.396	11.396
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	137.407	(95.588)	41.819	41.819
Móveis e utensílios	1.302	(1.238)	64	64
Obras em andamento	480	-	480	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	151.048	151.048
Outras imobilizações	0	-	0	0
	314.126	(103.384)	210.742	210.742

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/09/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/10/2024
Terrenos e propriedades	5.936	-	-	-	5.936
Edifícios e benfeitorias	11.396	-	-	-	11.396
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	41.819	-	-	-	41.819
Móveis e utensílios	64	-	-	-	64
Obras em andamento	480	-	-	-	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	-	-	151.048
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	210.742	-	-	-	210.742

Na UPI Terras Parte I Ltda

Descrição	31/10/2024			30/09/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	216.117	-	216.117	216.117
	216.117	-	216.117	216.117

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/09/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/10/2024
Terrenos e propriedades	216.117	-	-	-	216.117
	216.117	-	-	-	216.117

Na UPI Terras Parte II Ltda

Descrição	31/10/2024			30/09/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	6.190	-	6.190	6.190
	6.190	-	6.190	6.190

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/09/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/10/2024
Terrenos e propriedades	6.190	-	-	-	6.190
	6.190	-	-	-	6.190

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Na UPI Imóveis Ltda

Descrição	31/10/2024			30/09/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	0	-	0	0
	0	-	0	0

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/09/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/10/2024
Edifícios e benfeitorias	0	-	-	-	0
	0	-	-	-	0

Na UPI Imóveis Urbanos Ltda

Descrição	31/10/2024			30/09/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	627	-	627	627
	627	-	627	627

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/09/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/10/2024
Edifícios e benfeitorias	627	-	-	-	627
	627	-	-	-	627

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	31/10/2024
Salários e honorários e encargos a pagar	1.550
Provisão de férias e encargos	1.002
Provisão para 13 salário e encargos	448
	3.001

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais

de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	31/10/2024
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	33.738
Parcelamentos tributários	5.675
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	31.656
Ajuste de AVP em dívidas de longo prazo	(7.291)
Total	120.602
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	67.916
	120.602

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 10,65% a.a.

A companhia está aguardando a posição dos saldos junto à cooperativa para realizar os ajustes necessários. Não recebemos esses relatórios desde maio de 2019.

11 Impostos e contribuições a recolher

	31/10/2024
Tributos Estaduais	747.274
Tributos Federais	21.020
Tributos Municipais	23.593
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	41.718
Tributos Sindicais	6.552
	840.157

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	31/10/2024
Credores Classe I - Trabalhistas	255.914
Credores Classe II - Com garantias	246.368
Credores Classe III - Quirografários	2.133.063
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	13.363
Credores Extraconcursais	21.103
	2.669.811

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 43.155, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	31/10/2024
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	186.730
Hermelindo Ruete de Oliveira	86.914
Virgolino de Oliveira Filho	20.219
	293.863

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em recuperação judicial	Percentual de		Parcelas	Parcelas de
	Capital Social	participação das Pessoas Físicas	eliminadas na Consolidação	acionistas Pessoas Físicas
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	254.130	0,0000%	254.130	-
UPI Usina Itapira Ltda.	124.949	0,0000%	124.949	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	269.300	0,0000%	269.300	-
UPI Usina Monções Ltda.	210.743	0,0000%	210.743	-
UPI Terras Parte I Ltda.	216.118	3,8990%	207.691	8.427
UPI Terras Parte II Ltda.	6.191	0,0000%	6.191	0
UPI Imoveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Urbanos Ltda.	628	99,9600%	0	627
	2.416.656		2.358.923	57.733

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Para o período, não houve vendas.

17 Despesas gerais e administrativas

	31/10/2024
Despesas com pessoal	7.162
Serviços de terceiros	42.189
Taxas e tributos	1.042
Diversos	5.798
	<u>56.191</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de outubro de 2024
Valores em Milhares de Reais

18 Resultado financeiro

	31/10/2024
Receitas financeiras	
Outras operações	140
	140
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher / Outros	(10.681)
	(10.681)
Variações cambiais líquidas	(167.199)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas do Plano de Recuperação Judicial	-
Resultado financeiro líquido	(177.740)



CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34



GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *